



Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXIII - PALMAS, QUINTA - FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2011 - N° 3.362

PODER
EXECUTIVO



PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

ATO N° 1.328 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

DESIGNAR

os servidores adiante indicados para exercerem as Funções Comissionadas – FC abaixo especificadas, na Secretaria da Educação:

MATRÍCULA	NOME	SÍMBOLO
829469-1	MARIA SOCORRO DA SILVA	FC-10
707988-5	ROSILENE COSTA DOS REIS	FC-6
843015-2	ANA CAROLINA LEITE GOMES	FC-5
579904-0	JANETE PESSOA DA SILVA	FC-5
263346-9	LINDALVA LUSTOSA DOS SANTOS	FC-5
102067-6	MARIA DAS GRAÇAS LUSTOSA DOS SANTOS OLIVEIRA	FC-5
837114-8	DANIEL ARAÚJO FERNANDES	FC-4
837117-2	GILBERTO SOARES MARTINS	FC-4
825537-7	HESLEY RODRIGUES LIMA	FC-4
95532-9	MARIA ALDENORA ALVES COELHO	FC-4
837122-9	WILHER LIMA TEIXERA	FC-4

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 12 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

Sumário

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	10
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	11
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	12
SECRETARIA DA FAZENDA	12
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	18
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO	19
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	19
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MOD. DA GESTÃO PÚBLICA	19
SECRETARIA DA SAÚDE	19
SECRETARIA DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA	20
SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
ATR	22
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A	27
DETTRAN	27
FUNDAÇÃO CULTURAL	28
IGEPREV-TOCANTINS	28
NATURATINS	28
RURALTINS	29
DEFENSORIA PÚBLICA	29
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	31
TRIBUNAL DE CONTAS	35
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	35
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	39

ATO N° 1.338 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no Ofício n. 308 – GCG, de 22 de março de 2011, do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO, resolve

DESIGNAR

para integrar o contingente da Força Nacional de Segurança Pública, a SD QPPM DAYANE GOMIDES CAVALCANTE, matrícula 855935-0, para colaborar na Coordenação-Geral de Análise e de Desenvolvimento de Pessoal em Segurança da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça, no período de 1º de janeiro a 27 de maio de 2011.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 12 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO N° 1.341 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

MANTER

JOSÉ LUIZ FERREIRA ALVES, Perito Criminal, matrícula 854080-2, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, cedido ao Estado de Goiás, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPEV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO N° 1.342 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

para exercerem o cargo de Gerente de Unidade - Hospital Porte III - DAS-7, da Secretaria da Saúde, no Centro Integrado de Assistência à Mulher e à Criança Dona Regina Siqueira Campos de Palmas:

1. EDNA MARTINS EUGÉNIO;
2. MARIA DO ESPÍRITO SANTO COSTA ALVES.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.343 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

C E D E R

OTACÍLIO TEIXEIRA DA SILVA FILHO, Motorista, matrícula 833025-5, integrante do quadro de pessoal da Secretaria das Relações Institucionais, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPEV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.344 - RVG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

R E V O G A R,

a partir de 8 de abril de 2011, o Ato 1.288 - NM, de 8 de abril de 2011, publicado na edição 3.358 do Diário Oficial do Estado, que nomeou ALUÍSIO MARTINS DE ARAÚJO no cargo de Diretor da Escola Agrícola – DAS-3, da Secretaria da Ciência e Tecnologia, em Arraias.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.345 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve



José Wilson Siqueira Campos

GOVERNADOR DO ESTADO

Renan de Arimatéa Pereira

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Nélio Moura Facundes

SUPERINTENDENTE DO DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO TOCANTINS

M A N T E R

ELAILDES RIBEIRO SANTOS FONSECA, Assistente Administrativo, matrícula 820528-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, cedida ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril de 2011 a 31 de março de 2012, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.348 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

D E S I G N A R

a servidora MARIA DE JESUS NOLÉTO, matrícula 472158-6, da Secretaria da Educação, para exercer a Função Comissionada – FC-7, a partir de 13 de abril de 2011.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.350 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

N O M E A R

IRANILSON RODRIGUES DE AQUINO para exercer o cargo de Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, da Secretaria da Fazenda, a partir de 12 de abril de 2011, em Nazaré.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.351 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

N O M E A R

JAYRON NERES OLIVEIRA para exercer o cargo de Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, da Secretaria da Fazenda, a partir de 12 de abril de 2011, em Presidente Kennedy.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.352 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos com denominação e símbolos especificados, da Secretaria da Fazenda, a partir de 1º de maio de 2011:

1. MARIA DE FÁTIMA CARVALHO CAVALCANTE, Chefe de Agência de Atendimento III - DAS-3, em Dianópolis;
2. AGNALDO ATAIDE DA CRUZ, Chefe de Agência de Atendimento II - DAS-2, em Combinado;
3. JOANA FERREIRA LIMA, Chefe de Agência de Atendimento II - DAS-2, em Taguatinga;
4. CACILDA RODRIGUES FREIRE, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Novo Alegre;
5. DOMINGAS DIAS DE SANTANA, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Novo Jardim;
6. EUDISLENE RODRIGUES SUARTE, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Almas;
7. MARUSAN DE SOUZA ALMEIDA, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Aurora do Tocantins;
8. ROSIANE ALVES DA COSTA TEIXEIRA, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Conceição do Tocantins;
9. TITO MARCOS FREIRE NETO, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Ponte Alta do Bom Jesus;
10. VALDIRENE RODRIGUES AIRES, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Arraias;
11. VERÔNICA MACEDO AGUIAR MARRA, Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, em Paranã.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.353 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

ANA BORGES NEVES para exercer o cargo de Superintendente de Articulação das Ações dos Pioneiros Mirins - DAS-12, do Instituto Pioneiros Mirins de Apoio à Criança e ao Adolescente.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.354 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos com denominação e símbolos especificados, da Secretaria da Fazenda, a partir de 1º de abril de 2011, em Taguatinga:

1. ANTÔNIO FERNANDES GOMES, Gerente de Núcleo - DAS-3;
2. BRUNO ALVES ARCANJO, Gerente de Núcleo - DAS-3;
3. KERITO THIAGO ASSUNÇÃO SOARES, Gerente de Núcleo - DAS-3;
4. ANTÔNIO DA SILVA, Supervisor Fiscal - DAS-3;
5. CAIO FRANÇA DE OLIVEIRA, Supervisor Fiscal - DAS-3;
6. CARLOS HENRIQUE FREIRE, Supervisor Fiscal - DAS-3;
7. NÉLIA RODRIGUES VALENTE RIBEIRO, Supervisor Fiscal - DAS-3.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.355 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

MAURO ARQUIMEDES GRANDI VILELA para exercer o cargo de Gerente de Núcleo - DAS-3, da Secretaria da Fazenda, a partir de 1º de abril de 2011.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.356 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

SIMONE DA SILVA SANDRI ROCHA para exercer o cargo de Presidente do Instituto Pioneiros Mirins de Apoio à Criança e ao Adolescente, a partir de 14 de abril de 2011.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.357 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

CARLOS EDUARDO ARAÚJO DE LIMA, Papiloscopista, matrícula 854106-0, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.358 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

C E D E R

JOSÉ CARDOSO, Administrador, matrícula 90003490-4, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2011, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPEV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.359 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

M A N T E R

VIRGINIA PEREIRA DA SILVA ANDRADE, Assistente Administrativo, matrícula 185035-1, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotada na Secretaria da Saúde, cedida ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.360 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

ZACARIAS JARDIM, Assistente Administrativo, matrícula 287288-9, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Administração, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.361 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, e com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

MARIA DIRCE FARIAS DE ALMEIDA, Assistente Administrativo, matrícula 472115-2, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotada na Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.362 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

ALESSANDRA CORADO DE FRANÇA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 864081-5, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.363 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, no parágrafo único do art. 7º da Lei 125, de 31 de janeiro de 1990, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

JOÃO CARLOS LIMA DE ARAÚJO, Soldado, matrícula 834626-7, integrante do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.364 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

ALVENIR LIMA E SILVA, Gestor Público, matrícula 690147-6, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Fazenda, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.365 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

JAMIL FRANCISCO ROSA, Agente de Polícia Civil, matrícula 289817-9, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.366 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

JOSÉ ALVES DA SILVA, Motorista, matrícula 832197-3, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.367 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

JOÃO CARLOS LIMA NETO, Operador de Microcomputador, matrícula 867855-3, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.368 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

ISAÍAS SARAIVA BORGES, Agente de Polícia Civil, matrícula 90001784-8, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.369 - RVG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 10 de fevereiro de 2011, o Ato 548 - CSS, de 9 de fevereiro 2007, publicado na edição 2.349 do Diário Oficial do Estado, que trata da cessão de JOSÉ CARLOS DOMINGOS FERREIRA, Assistente Administrativo, matrícula 705969-8, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.371 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

WALDSON MOREIRA JÚNIOR, Assistente Administrativo, matrícula 826232-2, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Administração, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.372 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

PATRÍCIO ANTUNES SALDANHA, Assistente Administrativo, matrícula 682187-1, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Administração, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.373 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 20, inciso I, da Lei 1.533, de 29 de dezembro de 2004, no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

C E D E R

MARINALVA PINTO WANDERLEI, Professora da Educação Básica, matrícula 499773-5, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPEV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.374 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

MÁBIO ARAÚJO DE ARRUDA, Motorista, matrícula 838831-8, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-TO, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.376 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

SHIRLEY GOMES FRANKLIN DE MEDEIROS, Professora da Educação Básica, matrícula 842629-5, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.377 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

CARLOS ALBERTO GOMES AMORIM, Assistente Administrativo, matrícula 561584-4, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.378 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

NADMA LEMOS DE PINA, Perito Criminal, matrícula 716987-6, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.379 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

JANDSON CARDOSO DE VASCONCELOS, Agente de Polícia Civil, matrícula 853632-5, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.380 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

THIAGO LOPES BENFICA, Assistente Administrativo, matrícula 838305-7, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.381 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

LACINÉLIA MORAES BARRETO, Professora da Educação Básica, matrícula 840176-4, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.382 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

AERONSSAYTT GOMES LIMA DE OLIVEIRA, Assistente Administrativo, matrícula 822500-1, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.383 - RVG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 1º de janeiro de 2011, o Ato 505 - CSS, de 3 de fevereiro de 2011, publicado na edição 3.318 do Diário Oficial do Estado, que trata da cessão de WASHINGTON LUIS CAMPOS AYRES, Assistente Administrativo, matrícula 830709-1, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.384 - RVG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 1º de janeiro de 2011, o Ato 293 - CSS, de 26 de janeiro de 2011, publicado na edição 3.310 do Diário Oficial do Estado, que manteve MUNIZ ARAÚJO PEREIRA, Major, matrícula 649295-9, cedido ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.385 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no parágrafo único do art. 7º da Lei 125, de 31 de janeiro de 1990, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

CEDER

MUNIZ ARAÚJO PEREIRA, Major, matrícula 649295-9, integrante do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.386 - RVG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

REVOGAR,

a partir de 1º de janeiro de 2011, o Ato 367 - CSS, de 27 de janeiro de 2011, publicado na edição 3.310 do Diário Oficial do Estado, que manteve WENES SILVA FERREIRA AZEVEDO, Operador de Microcomputador, matrícula 865004-7, cedida ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.387 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

CEDER

WENES SILVA FERREIRA AZEVEDO, Operador de Microcomputador, matrícula 865004-7, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotada na Secretaria da Fazenda, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.388 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

CEDER

WASHINGTON LUIS CAMPOS AYRES, Assistente Administrativo, matrícula 830709-1, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Juventude e dos Esportes, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.389 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

MARIA DA CONCEIÇÃO DE QUEIROZ SANTOS, Professora Normalista, matrícula 836547-4, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.390 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

VILMA BENTO ABREU DE SOUSA, Professora da Educação Básica, matrícula 837333-7, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.391 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

EDILSON COELHO VALADARES, Professor da Educação Básica, matrícula 822651-2, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.392 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

MARIA JOSÉ ALVES BARBOSA, Assistente Social, matrícula 90003579-0, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.393 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

ELIZÂNGELA SILVA DE SOUSA MOURA, Professora da Educação Básica, matrícula 494518-2, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.394 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

MARCUS MARCELO DE BARROS ARAÚJO, Professor da Educação Básica, matrícula 829691-0, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.395 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 20, inciso I, da Lei 1.533, de 29 de dezembro de 2004, no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

C E D E R

LUISA DE MARILAC GOMES MATIAS, Professora da Educação Básica, matrícula 853972-3, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, à Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania, no período de 6 de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPEV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas física e jurídica.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.396 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos com denominação e símbolos especificados, do Instituto Pioneiros Mirins de Apoio à Criança e ao Adolescente, a partir de 1º de maio de 2011:

1. EUDOXIA DE AGUIAR MARTINS, Diretor Sócio Pedagógico - DAS-10;
2. MAGNA REGINA DE SOUZA BORGES, Diretor de Captação de Recursos - DAS-10;
3. ROSIMEIRE MARIA CARNEIRO, Diretor de Administração e Finanças - DAS-10;
4. WHILKER SANTANA WANDERLEY, Chefe do Núcleo Setorial de Controle Interno - DAS-10;
5. ANA MEIRE DA SILVA COSTA RABELO, Coordenador de Finanças - DAS-7;
6. FABRIZZIA PINTO WANDERLEI, Coordenador de Contratos e Convênios - DAS-7;
7. GISELE LÔBO DE ABREU GAMA, Coordenador Social - DAS-7;
8. HAROLDO BUCAR DA COSTA, Coordenador de Administração - DAS-7;
9. RODRIGO OKPIS, Assessor Jurídico - DAS-5.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.397 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado e na conformidade da Lei 2.434, de 31 de março de 2011, e do parágrafo único do art. 1º do Decreto 4.242, de 14 de fevereiro de 2011, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos com denominação e símbolos especificados, da Secretaria da Administração redistribuídos para o Instituto Pioneiros Mirins de Apoio à Criança e ao Adolescente, a partir de 1º de maio de 2011:

1. TATIANA FERREIRA NUNES CARDozo, Assessor Especial - DAS-10;
2. DANIELA BEZERRA RIOS DE MOURA, Assessor Especial - DAS-7;
3. LUZIA SANTOS GALVÃO SILVA, Assessor Especial - DAS-7;
4. MARY ARAUJO, Assessor Especial - DAS-7;
5. ELISABETHA RENI WORST, Assessor Especial - DAS-6;
6. ISADORA CARVALHO COSTA FLORES GOMES DE BARROS, Assessor Especial - DAS-6;
7. PAULO ANDRÉ DE SOUZA GRATÃO, Assessor Especial - DAS-6;
8. ROQSINAY PEREIRA RODRIGUES, Assessor Especial - DAS-6.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.400 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

NEIVA ALMEIDA DE MIRANDA, Professora Normalista, matrícula 548952-1, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 1.402 - CSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, com fulcro no inciso III e §2º do art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica 2, de 1º de fevereiro de 2011, resolve

C E D E R

HÉLIO ANDRADE DE AGUIAR SOBRINHO, Assistente Administrativo, matrícula 826830-4, integrante do Quadro-Geral do Poder Executivo, lotado no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, ao Poder Legislativo do Estado do Tocantins, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2011, com ônus para a origem.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de abril de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

CASA CIVIL

Secretário-Chefe: RENAN DE ARIMATÉA PEREIRA

PORTARIA CCI Nº 245 - DISP, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

D I S P E N S A R

da Função Comissionada – FC-4, a servidora MARIA DE JESUS NOLÉTO matrícula 472158-6, lotada na Secretaria da Educação, a partir de 13 de abril de 2011.

PORTARIA CCI Nº 247 - EX, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

E X O N E R A R

ROBERTO CARLOS RESPLANDES MOTA do cargo de Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, da Secretaria da Fazenda, a partir de 12 de abril de 2011.

PORTARIA CCI Nº 248 - EX, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

E X O N E R A R

JOÃO MONTEIRO NETO do cargo de Chefe de Agência de Atendimento I - DAS-1, da Secretaria da Fazenda, a partir de 12 de abril de 2011.

PORTARIA CCI Nº 249 - EX, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

E X O N E R A R

SIMONE DA SILVA SANDRI ROCHA do cargo de Presidente da Fundação Pioneiros Mirins de Apoio à Infância e à Juventude - PIONEIROS MIRINS, a partir de 14 de abril de 2011.

PORTARIA CCI Nº 250 - EX, de 14 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

HÉLIO ANDRADE DE AGUIAR SOBRINHO do cargo de Diretor de Finanças, Investimentos, Contabilidade e Arrecadação - DAS-10, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, a partir de 1º de março de 2011.

APOSTILA CCI Nº 142 - APT, de 12 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.217 - DSG, de 4 de abril de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar os servidores adiante indicados, designados para exercerem as Funções Comissionadas – FC, abaixo especificadas, da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, a partir de 15 de março de 2011:

MATRÍCULA	NOME	Símbolo
861310-9	EWALDO DE SOUZA E SILVA	FC-12
836383-8	GEUNY RIBEIRO DOS SANTOS	FC-12
827154-2	GILBERTO PEREIRA SOBRINHO	FC-12
687251-4	ELIANY CONCEIÇÃO BANDEIRA ROCHA	FC-11
200239-6	GILMAR BARBOSA	FC-11
865547-2	PATRICK GONÇALVES COSTA	FC-11
585122-0	SÔNIA APARECIDA DA SILVA AYRES	FC-11
822453-6	WALDESON PEREIRA DE SOUZA	FC-11
211540-9	DORALINA OLIVEIRA MILHOMEN	FC-10
838767-2	ELMIRO ALVES DE DEUS	FC-10
863206-5	FRANCISCO MOURÃO CHAVES	FC-10
839472-5	JACKSON DOS SANTOS CORREIA	FC-10
228923-7	JOAQUIM PINTO DA COSTA	FC-6
200883-1	JOSÉ RODRIGUES CAVALCANTE	FC-6
614351-2	MARIA ELIZABETE ALVES RESENDE GONÇALVES	FC-6
828975-1	CLEUSA CARDOSO DA SILVA	FC-5
622753-8	ELIANE AUGUSTA LAGARES	FC-5
860967-5	JOSÉ EDINALDO MEDEIRO DA SILVA	FC-5
220230-1	LAURIDES ARRUDA SOARES	FC-5

APOSTILA CCI Nº 143 - APT, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.164 - NM, de 31 de março de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar os servidores adiante indicados nomeados no cargo de Gerente de Unidade – Hospital Porte II - DAS-5, da Secretaria da Saúde, no Hospital Infantil de Palmas Dr. Hugo da Rocha Silva, a partir de 1º de abril de 2011:

1. MARINETE RODRIGUES DE ARAÚJO;
2. SHIGEAKI PEREIRA DA SILVA.

APOSTILA CCI Nº 144 - APT, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.169 - NM, de 31 de março de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar SUELY COSTA DE SOUSA nomeada no cargo de Diretor de Enfermagem – Hospitalar Porte III – DAS-10, da Secretaria da Saúde, a partir de 14 de janeiro de 2011.

APOSTILA CCI Nº 145 - APT, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.155 - NM, de 31 de março de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar WILSON PEREIRA LIMA nomeado no cargo de Gerente de Unidade – Hospitalar Porte I – DAS-3, da Secretaria da Saúde, no Hospital de Referência de Xambioá, a partir de 14 de janeiro de 2011.

APOSTILA CCI Nº 146 - APT, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.157 - NM, de 31 de março de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar a expressão gráfica correta do nome de SANDRA DE SOUSA SILVA.

APOSTILA CCI Nº 147 - APT, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.214 - NM, de 4 de abril de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar JOANA MARIA ALVES DE OLIVEIRA nomeada no cargo de Assessor Especial - DAS-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, a partir de 28 de março de 2011.

APOSTILA CCI Nº 148 - APT, de 13 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 1.215 - NM, de 4 de abril de 2011, publicado na edição 3.356 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar ROSÂNGELA MACEDO DE SOUZA ANTUNES nomeada no cargo de Assessor Especial - DAS-1, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano, a partir de 24 de março de 2011.

SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO

Secretário: LÚCIO MASCARENHAS MARTINS

TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO Nº: 2009/2300/001483

CONTRATO Nº.: 015/2010

CONTRATADA: MBS – DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA

ASSUNTO: TERMO DE APOSTILAMENTO;

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, APOSTILA, na nota de empenho nº 32 houve um erro na descrição do item 8, onde o correto é:

“ITEM 8

Papel higiênico, fardo, contendo 8 rolos de 300 metros, cor branca, celulose 100% virgem. Marca: fabyclean”.

Palmas, 01 de abril de 2011.

LÚCIO MASCARENHAS MARTINS
Secretário da Administração

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N°: 2011/2300/000651

CONTRATO N°.: 19/2011

CONTRATANTE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

VOLUNTÁRIA: Ana Mara Santana.;

OBJETO: Prestação pela Voluntária, dos serviços de capacitação para ministrar o curso de FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS aos novos servidores contratados pela Secretaria da Administração – que acontecerá na Escola de Governo nos dias 13 a 15 de abril de 2011, das 19:00 às 22:00 horas.

MODALIDADE: Voluntariado.

VALOR: sem custas.

DATA DA ASSINATURA: 08/04/2011.

VIGÊNCIA: o presente contrato tem o prazo de 13/04/2011 à 15/04/2011, referente aos dias que o curso será ministrado.

SIGNATÁRIOS: Lúcio Mascarenhas Martins – Contratante; Ana Maria Santana - Voluntária.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

A Presidente da 1ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância (COMPA - I), no uso de suas atribuições e na forma legal, FAZ SABER a servidora GLEICIANE GOMES PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº. 866877-9, lotada na Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, com exercício funcional no Hospital Geral de Augustinópolis, no município de Augustinópolis - TO, que está tramitando na Corregedoria Administrativa, localizada na quadra 103 Sul, Rua SO – 01, Nº. 04 – 1º Andar, Centro, nesta capital, o Processo Administrativo Disciplinar nº. 2010.2300.001595 por Abandono de Cargo, no qual é indiciada por infringir o disposto no art. 162 combinado com o art. 157, inciso II, ambos da Lei nº. 1.818, de 23 de agosto de 2007, onde consta que se encontra em local incerto. Destarte, pelo presente edital, fica também intimada, para, no prazo legal de 15 (quinze) dias, apresentar sua Defesa Escrita. Querendo, poderá acompanhar todos os atos do processo, inclusive se fazer assistir por advogado legalmente constituído. No caso de inéria, ser-lhe-á decretada a revelia e nomeado Defensor Dativo.

Palmas, 12 de Abril de 2011.

Anelize Dalcin Miotto Corrêa
Presidente da 1ª Comissão Permanente

SECRETARIA DA CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

Secretário: LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato nº 04/2011

Processo nº 2011.1901.000010

Contratante: Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

Contratada: R.L. COELHO - ME

Valor: R\$ 7.880,00 (sete mil, oitocentos e oitenta reais).

Objeto: aquisição de serviço de coffee break.

Vigência: adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data de sua assinatura até a utilização do quantitativo.

Data de assinatura: 31 de março de 2011.

Dotação Orçamentária: 04122019520010000 – 33.90.39 – 0100666666.

Signatários: Luiz Carlos Borges da Silveira - Contratante

Raimunda Lima Coelho - Contratada

Contrato nº 05/2011

Processo nº 2011.1901.000009

Contratante: Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

Contratada: Resende e Ferreira Ltda

Valor: R\$ 2.958,00 (dois mil, novecentos e cinqüenta e oito reais).

Objeto: aquisição de serviços de confecção e fornecimento de carimbos.

Vigência: adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data de sua assinatura até a utilização do quantitativo.

Data de assinatura: 11 de abril de 2011.

Dotação Orçamentária: 04122019520010000 – 33.90.30 – 0100666666.

Signatários: Luiz Carlos Borges da Silveira - Contratante

SECRETARIA DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário: ARRHENIUS FÁBIO GIOVANNETTI NAVES

PORTARIA Nº 0013/SECOM, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DA COMUNICAÇÃO, no uso, de sua atribuição, com fulcro no art. 83, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

SUSPENDER, por necessidade, do serviço, o gozo das férias do servidor, CARLOS ROBERTO DE ARAUJO, Assistente Administrativo, matrícula nº 90003287-1, no período de 01/04/2011 a 30/04/2011, e convocá-la às suas atividades, assegurando-lhe o direito de gozá-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

SECRETARIA
DA FAZENDA

Secretário: SANDRO ROGÉRIO FERREIRA

PORTARIA SEFAZ Nº 364, de 11 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos I e II, da Constituição do Estado, e o § 1º, do art. 7º, do Decreto nº 2.275, de 10 de novembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Avaliação de Bens destinada a estimar os valores dos bens oferecidos em dação em pagamento de débitos fiscais, nos termos do art. 8º, do Decreto 2.275, de 10 de novembro de 2004, sendo esta subordinada ao Gabinete do Secretário.

Art. 2º Designar os servidores JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA, matrícula nº 90002702-9, Subsecretário da Receita, SANDOVAL VIEIRA LABRES, matrícula nº 856328-4, Diretor de Gestão Administrativa, ANA CAROLINA DE RESENDE OLIVEIRA, matrícula nº 895315-5, Chefe de Assessoria Jurídica, como membros efetivos, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de que trata esta portaria.

Art. 3º Autorizar a Comissão a solicitar quando necessário o auxílio de outras entidades públicas ou privadas, observando o art. 12, do Decreto nº 2.275, de 10 de novembro de 2004, para avaliação de bens.

Art. 4º Determinar que todos os atos da comissão sejam reduzidos a termo, após colhido o parecer com a viabilidade jurídica manifestada pela Procuradoria Geral do Estado, devendo estes atos compor o processo da dação em pagamento a que se referir.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Portaria SEFAZ nº 1696/2009, de 26 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial nº 3.033, de 9 de dezembro de 2009.

Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA SEFAZ N.º 365, de 11 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado, com base no Art. 152, parágrafo único, inciso II, da Lei 1818, de 23 de agosto de 2007 e na fundamentação do julgamento que proferiu decisão no processo administrativo disciplinar n.º 2008/2300/000061, resolve:

Art. 1º - Aplicar a servidora IONARA DE ARAÚJO REIS AIRES, matrícula nº 833479-0, Auxiliar Administrativo, Classe II – E, lotada na Agência de Atendimento de Paraíso do Tocantins, a Sanção Disciplinar de SUSPENSÃO por 30 (trinta) dias com perda da remuneração.

Art. 2º - Publique-se. Cumpra-se.

PORTARIA SEFAZ Nº 373, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com Art. 35, § 1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Portaria SEFAZ nº 105, de 16 de fevereiro de 2011, resolve:

REMOVER,

por necessidade e relevância do serviço ALENO DIAS GUIMARÃES, matrícula nº 90002332-5, Analista de Recursos Humanos, da Delegacia Regional de Araguaína para Delegacia Regional de Paraíso do Tocantins, a partir de 22 de março de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTARIA SEFAZ Nº 374, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com o Art. 37, § 1º e 2º, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Portaria SEFAZ nº 105, de 16 de fevereiro de 2011, resolve:

ALTERAR

a Portaria SEFAZ Nº 310, de 29 de março de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.355, de 5 de abril de 2011, que remove a servidora ELENA PERES PIMENTEL, matrícula nº 90000464-9, Auditor Fiscal da Receita Estadual, do Contencioso Administrativo – Tributário para a Coordenadoria de Automação Fiscal, onde se lê a partir de 14 de abril de 2011, leia-se a partir de 18 de março de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTARIA SEFAZ Nº 375, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10º, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2º, § 2º do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Portaria SEFAZ nº 105, de 16 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

os Auditores Fiscais da Receita Estadual, abaixo relacionados, para executarem atividades internas em suas respectivas lotações, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de março de 2011:

N.º	Nome	Matrícula	Lotação
1	Nivaldo Aparecido da Silva	692328-3	Diretoria de Informações Econômico-Fiscais
2	Marcelo Bueno Duarte	694827-8	Diretoria de Tributação
3	Cláudio Luís de Carvalho Loredó	528536-4	Diretoria de Arrecadação e Recuperação de Crédito Fiscais
4	Robson Geraldo da Rocha	693774-8	Diretoria de Tributação
5	Elizabeth Leda Barros Monteiro	90001670-1	DRE de Palmas
6	João Campos de Abreu	189707-1	Corregedoria
7	Regina Alves Pinto	215856-6	Contencioso Administrativo-Tributário

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTARIA SEFAZ Nº 376, de 12 de abril 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10º, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2º, § 2º do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Portaria SEFAZ nº 105, de 16 de fevereiro de 2011, resolve:

DESIGNAR

JOÃO ANTÔNIO COÊLHO DOS SANTOS, matrícula nº 189600-8, Auditor Fiscal da Receita Estadual, para responder pela Supervisão Fiscal, da Delegacia Regional de Colinas do Tocantins, por motivo de férias de seu titular AFRÂNIO DE ALBUQUERQUE UCHÔA FILHO, matrícula nº 695092-2, no período de 1º a 30 de maio de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTARIA SEFAZ Nº 377, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10º, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2º, § 2º do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Portaria SEFAZ nº 105, de 16 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

os Auditores Fiscais da Receita Estadual, abaixo relacionados, para executarem atividades internas em suas respectivas lotações, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de março de 2011:

N.º	Nome	Matrícula	Lotação
1	Eliane Pereira	688975-1	DRE de Paraíso
2	Enoque Monteiro Júnior	188190-6	DRE de Pedro Afonso
3	Floriano Gonzaga de Campos	695416-2	DRE de Paraíso
4	Iudisnéia da Cruz Machado	189383-1	DRE de Pedro Afonso
5	Laibnis Rodrigues Oliveira Lima	695599-1	DRE de Taguatinga
6	Miriam Suzue Okura do Amaral	208647-6	DRE de Miracema
7	Roberto Neves Carvalho	688185-8	DRE de Araguatins
8	Rômulo César Belo de Almeida	689823-8	DRE de Taguatinga
9	Valdir Benedito Barbosa	693189-8	DRE de Paraíso

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTARIA SEFAZ Nº 378, de 12 de abril de 2011.

A SUBSECRETÁRIA DO TESOURO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, e Ato nº 1.096 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

a Portaria SEFAZ nº 1273, de 15 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial nº 3.227, de 23 de setembro de 2010, na parte que suspende a fruição das férias legais da servidora NICE MARIA FERREIRA BORGES, matrícula nº 857410-3, Diretor de Demonstrações Contábeis, período aquisitivo 2009/2010, onde se lê assegurando-lhe o direito de gozá-las no período de 11 de abril a 10 de maio de 2011, leia-se assegurando-lhe o direito de gozá-las no período de 20 de junho a 19 de julho de 2011.

PATRÍCIA DE OLIVEIRA BATISTA
Subsecretária do Tesouro

PORTARIA SEFAZ Nº 379, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com o Art. 37, § 1º e 2º, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

a Portaria SEFAZ Nº 191, de 2 de março de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.339, de 11 de março de 2011, que designa a Auditora Fiscal da Receita Estadual TEODORA EVANGELOS HALVANTZIS, matrícula nº 689394-5, para executar atividades internas, de interesse desta secretaria, a partir de 5 de março de 2011, onde se lê junto a Diretoria de Fiscalização, leia-se junto a Coordenadoria de Automação Fiscal.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTRARIA SEFAZ Nº 380, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10º, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no § 2º, art. 2º do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006 e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, e

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

o Auditor Fiscal da Receita Estadual, abaixo relacionado, para executar atividades internas junto ao Contencioso Administrativo Tributário – CAT, a partir de 1º de abril de 2011.

Nº	Nome	Matrícula	Cargo	Atividade
1.	Rui José Diel	694630-5	AFRE	Representante Fazendário

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTRARIA SEFAZ Nº 381, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com o Art. 37, § 1º e 2º, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

ALTERAR

a Portaria SEFAZ Nº 320, de 29 de março de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.355, de 5 de abril de 2011, que remove o servidor CHIANG KAI XEQUE BRAGA BARROSO JÚNIOR, matrícula nº 688258-7, Auditor Fiscal da Receita Estadual, da Delegacia Regional de Xambioá para a Delegacia Regional de Tocantinópolis, onde se lê a partir de 1º de abril de 2011, leia-se a partir de 1º de maio de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTRARIA SEFAZ Nº 382, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, combinado com o art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

SUSPENDER

a partir de 25 de abril de 2011, a fruição das férias legais da servidora URIVANE IRINEU DE CARVALHO, matrícula nº 690597-8, Auditor Fiscal da Receita Estadual, prevista para o período de 25 de abril a 24 de maio de 2011, período aquisitivo 2007/2008, assegurando-lhe o direito de gozá-las no período de 18 de julho a 16 de agosto de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

PORTRARIA SEFAZ Nº 383, de 12 de abril de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, combinado com o art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

SUSPENDER

a partir de 1º de abril de 2011, 12(doze) dias da fruição das férias legais do servidor ANTÔNIO TEIXEIRA DE BRITO FILHO, matrícula nº 687995-1, Auditor Fiscal da Receita Estadual, prevista para o período de 14 de março a 12 de abril de 2011, período aquisitivo 2007/2008, assegurando-lhe o direito de gozá-las no período de 4 a 15 de julho de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA
Subsecretário da Receita

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA**PORTRARIA SEFAZ/SGT Nº 028, de 13 de abril de 2011.**

Dispõe sobre intimação para regularização cadastral.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, § 4º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Intimar nos termos do § 1º, do Art. 101, do RICMS, os contribuintes relacionados no Anexo Único, para, no prazo de dez dias da data de publicação desta Portaria, apresentarem à Delegacia Regional de sua circunscrição, os documentos necessários à regularização de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Parágrafo único. O contribuinte que não regularizar sua situação cadastral, no prazo previsto, terá sua inscrição suspensa e seus documentos fiscais considerados inidôneos.

Art. 2º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 3º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 4º As Delegacias Regionais deverão informar à Diretoria de Informações Econômico-Fiscais, da Superintendência de Gestão Tributária, dentro do prazo fixado no art. 1º, acerca dos contribuintes relacionados no Anexo que regularizarem sua situação cadastral perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDERLEI MULLER
Superintendente

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 028, de 13 de abril de 2011.**00950 DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS**

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.389.694-1	PETROMAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA.	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.406.211-4	FILIPE DE JESUS CRISTOVÃO - ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.409.455-5	HELENA DA SILVA BARBOSA & CIA LTDA	1719004 SANTATEREZADO TOCANTINS
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06		

00954 DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUAINA

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.002.181-2	ELIPEL COM E IND ROUPAS E REPL LTDA	1702109 ARAGUAINA
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.050.079-6	JOSE DO CARMO SOUSA - ME	1702109 ARAGUAINA
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.050.121-0	BEATRIZ FERREIRA AALENCAR	1715705 PALMEIRANTE
Fundamentação legal		
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06		

Insc. Estadual Razão social
29.066.589-2 J.F. DE MOURA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.089.638-0 PAULO SÉRGIO PEREIRA CARDOSO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.365.917-6 ARO AGROPECUÁRIA LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"M", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.383.383-4 LOOK COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.401.772-0 R M MARCIANO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.406.252-1 J LUCIANO PEREIRA NETO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.408.675-7 V S RIBEIRO E CIA LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

00955 DELEGACIA DA RECEITA DE GURUPI

Insc. Estadual Razão social
29.067.838-2 GRAFICA E PAPELARIA DINÂMICA LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.088.370-9 EURIDES CORREA DE OLIVEIRA SUZUKI
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"M", DO RICMS - DEC. 2912/06

Insc. Estadual Razão social
29.396.118-2 CARVOARIA SÃO JOÃO LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"H", DO RICMS - DEC. 2912/06

PORTARIA SEFAZ/SGT Nº 029, de 13 de abril de 2011.

Dispõe sobre a suspensão cadastral dos contribuintes que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, § 4º do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o cadastro dos contribuintes relacionados no Anexo Único.

Parágrafo único. Considera-se como data da suspensão, a indicada no Anexo Único, no item "data do evento cadastral".

Art. 2º São inidôneos, os documentos fiscais de contribuinte cuja inscrição estadual esteja suspensa.

Art. 3º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 4º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDERLEI MULLER
Superintendente

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 029, de 13 de abril de 2011.

00950 DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS

Insc. Estadual Razão social
29.401.431-4 ROSALIA MARIA VIDAL MARTINS
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011

Insc. Estadual Razão social
29.413.131-0 CAFÉ BEM CASADO LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 22/03/2011

Insc. Estadual Razão social
29.419.832-6 JOSE C.SILVA GONZAGA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"K", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 01/04/2011

00951 DELEGACIA DA RECEITA DE PORTO NACIONAL

Insc. Estadual Razão social
29.070.308-5 C MELO - ME
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 01/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.382.265-4 IZASEL VESPUCIO JULIATI
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"A", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 25/03/2011

Insc. Estadual Razão social
29.383.029-0 L D LIMA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 05/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.395.824-6 ANANIAS ROCHA DE SOUSA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 01/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.408.765-6 ARNALDO FREITAS DE AQUINO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 01/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.410.947-1 RANOEL DE S. BRITO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 01/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.415.280-6 TOTAL UTILIDADES DOMÉSTICAS E PAPELARIA LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 08/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.416.365-4 MENDONÇA & SEIXAS CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 21/03/2011

00952 DELEGACIA DA RECEITA DE PEDRO AFONSO

Insc. Estadual Razão social
29.060.860-0 JESUS RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 05/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.060.963-1 KEYLLON REGIO CHAVES BRITO
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 05/04/2011

Insc. Estadual Razão social
29.361.013-4 MANOEL ALVES DE SOUZA
Fundamentação legal
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06
Data do Evento Cadastral: 25/03/2011

Insc. Estadual 29.384.488-7	Razão social RS PAPELARIA LTDA	Município 1718881	SANTA MARIA DO TOCANTINS	00954 DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUAINA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Insc. Estadual 29.068.787-0
Data do Evento Cadastral: 05/04/2011				Razão social PAVAM IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Insc. Estadual 29.386.053-0	Razão social ADEMIR FERRONATTO	Município 1718881	SANTA MARIA DO TOCANTINS	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 05/04/2011				Insc. Estadual 29.341.586-2
Insc. Estadual 29.395.958-7	Razão social MARCIO BEZERRA GOMES	Município 1718881	SANTA MARIA DO TOCANTINS	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 05/04/2011				Insc. Estadual 29.394.119-0
Insc. Estadual 29.400.351-7	Razão social SPA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Município 1721257	TUPIRAMA	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC.II,"U",DO RICMS -DEC.2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 07/04/2011				Insc. Estadual 29.396.158-1
Insc. Estadual 29.402.197-3	Razão social LFC CONSTRUÇÕES E COMERCIO AMINALIB LTDA	Município 1716505	PEDRO AFONSO	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 30/03/2011				Insc. Estadual 29.405.001-9
Insc. Estadual 29.403.665-2	Razão social POUSADA IRMÃOS NERES LTDA	Município 1716505	PEDRO AFONSO	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 30/03/2011				Insc. Estadual 29.406.097-9
Insc. Estadual 29.405.296-8	Razão social HELIO HIROSHI NAKAMURA	Município 1710904	ITAPIRATINS	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 25/03/2011				Insc. Estadual 29.407.465-1
Insc. Estadual 29.405.466-9	Razão social GOMES E MARTINS LTDA	Município 1716505	PEDRO AFONSO	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 07/04/2011				Insc. Estadual 29.408.507-6
Insc. Estadual 29.405.777-3	Razão social ORCENI FERREIRADA SILVA	Município 1716703	COLMEIA	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 08/04/2011				Insc. Estadual 29.408.573-4
Insc. Estadual 29.408.300-6	Razão social LPA MATERIAL DE LIMPEZA	Município 1716505	PEDRO AFONSO	Município 1702109
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				ARAGUAINA
Data do Evento Cadastral: 30/03/2011				Insc. Estadual 29.016.355-2
Insc. Estadual 29.415.950-9	Razão social DUETTO COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS E COMIDAS LTDA	Município 1716505	PEDRO AFONSO	Município 1709500
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				GURUPI
Data do Evento Cadastral: 30/03/2011				Insc. Estadual 29.016.355-2
Insc. Estadual 29.417.700-0	Razão social JOAQUIM MARTINS PINHEIRO FILHO	Município 1716505	PEDRO AFONSO	Município 1708205
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				FORMOSO DO ARAGUAIA
Data do Evento Cadastral: 30/03/2011				Insc. Estadual 29.058.296-2
Insc. Estadual 29.423.866-2	Razão social R D DOS SANTOS SILVA ME	Município 1716703	COLMEIA	Município 1708205
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				FORMOSO DO ARAGUAIA
Data do Evento Cadastral: 24/03/2011				Insc. Estadual 29.384.769-0
Insc. Estadual 29.426.969-0	Razão social COMANDANTE ELETROMOTOS REPRESENTAÇÃO E COMERCIO LTDA	Município 1716703	COLMEIA	Município 1708205
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				FORMOSO DO ARAGUAIA
Data do Evento Cadastral: 08/04/2011				Insc. Estadual 29.384.915-3
00953 DELEGACIA DA RECEITA DE TOCANTINOPOLIS				Município 1708205
Insc. Estadual 29.050.556-9	Razão social JORGE CAETANO BARBOSA	Município 1706506	DARCINOPOLIS	SAO VALERIO DA NATIVIDADE
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 08/04/2011				Insc. Estadual 29.391.190-8
Insc. Estadual 29.064.822-0	Razão social MANOEL SOARES DASILVEIRA	Município 1706506	DARCINOPOLIS	Município 1720499
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				SAO VALERIO DA NATIVIDADE
Data do Evento Cadastral: 08/04/2011				Insc. Estadual 29.396.128-0

Insc. Estadual 29.400.387-8	Razão social RODRIGUES E COELHO LTDA	Município 1708205	FORMOSO DO ARAGUAIA	00958 DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUATINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Insc. Estadual 29.414.473-0
Data do Evento Cadastral: 06/04/2011				Razão social S DA CONCEIÇÃO SILVA COMERCIO
Insc. Estadual 29.407.765-0	Razão social E S AGUIAR	Município 1708205	FORMOSO DO ARAGUAIA	Município 1702554
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				AUGUSTINOPOLIS
Data do Evento Cadastral: 06/04/2011				
Insc. Estadual 29.415.333-0	Razão social ANSIO GOMES	Município 1707306	DUERE	Insc. Estadual 29.415.254-7
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC.II,"U",DO RICMS -DEC.2912/06				Razão social BERNARDINO & SOUSALTDA- EPP
Data do Evento Cadastral: 31/03/2011				Município 1702554
Insc. Estadual 29.421.092-0	Razão social FERNANDO SHIGUERU OGAWA	Município 1707306	DUERE	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC.II,"U",DO RICMS -DEC.2912/06				
Data do Evento Cadastral: 31/03/2011				
00956 DELEGACIA DA RECEITA DE MIRACEMA				
Insc. Estadual 29.067.541-3	Razão social G J M DE BRITO & CIA LTDA	Município 1713205	MIRACEMA DO TOCANTINS	Insc. Estadual 29.062.043-0
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Razão social SUPERMERCADO DEUS E GRANDE LTDA-ME
Data do Evento Cadastral: 01/04/2011				Município 1705508
Insc. Estadual 29.419.964-0	Razão social MARCELO DE SOUZA BRITO	Município 1713205	MIRACEMA DO TOCANTINS	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 07/04/2011				
00957 DELEGACIA DA RECEITA DE TAGUATINGA				
Insc. Estadual 29.063.751-1	Razão social PERFILCOMERCIO DE MOVEIS LTDA	Município 1707009	DIANOPOLIS	Insc. Estadual 29.372.893-3
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Razão social SILVA E PERES LTDA.
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				Município 1705508
Insc. Estadual 29.063.792-9	Razão social SUPERMERCADO NOVA OPCAO LTDA EPP	Município 1707009	DIANOPOLIS	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				
Insc. Estadual 29.399.273-8	Razão social EXPEDITO MACHADO & CIA LTDA	Município 1707009	DIANOPOLIS	Insc. Estadual 29.402.785-8
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Razão social F C DA SILVA AMORIM - INFORMÁTICA
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				Município 1705508
Insc. Estadual 29.407.099-0	Razão social SALVALAGGIO E CHAGAS LTDA	Município 1707009	DIANOPOLIS	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				
Insc. Estadual 29.407.387-6	Razão social LUSIENE RIBEIRO COSTA	Município 1707009	DIANOPOLIS	Insc. Estadual 29.402.847-1
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Razão social M. MADALENA ALVES OLIVEIRA GOMES
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				Município 1702158
Insc. Estadual 29.412.897-2	Razão social AGRICOTON COMERCIO DE ALGODÃO LTDA	Município 1707009	DIANOPOLIS	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				
Insc. Estadual 29.417.018-9	Razão social ZELINA COSTA DA SILVA LIMA GUIMARAES ME	Município 1707009	DIANOPOLIS	Insc. Estadual 29.413.985-0
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Razão social MIZAEL BUENO DE LIMA
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				Município 1702158
Insc. Estadual 29.418.935-1	Razão social FERREIRA & DUARTE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	Município 1707009	DIANOPOLIS	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				
Insc. Estadual 29.423.985-5	Razão social OMNICOTTON AGRI COMERCIAL LTDA	Município 1707009	DIANOPOLIS	Insc. Estadual 29.420.086-0
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				Razão social QUASE TUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORALTDA-EPP
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				Município 1722107
Insc. Estadual 29.420.086-0	Razão social QUASE TUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORALTDA-EPP	Município 1722107	XAMBIAO	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				
Insc. Estadual 29.420.086-0	Razão social QUASE TUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORALTDA-EPP	Município 1722107	XAMBIAO	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				
Insc. Estadual 29.420.086-0	Razão social QUASE TUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORALTDA-EPP	Município 1722107	XAMBIAO	AUGUSTINOPOLIS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06				
Data do Evento Cadastral: 29/03/2011				

Insc. Estadual 29.420.533-0	Razão social DAMIAO RODRIGUES DA SILVA	Município 1722107	XAMBIOA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 24/03/2011			
00961 DELEGACIA DA RECEITA DE ALVORADA			
Insc. Estadual 29.421.399-6			
Razão social DONIZETI CANHETE DASILVA		Município 1700707	ALVORADA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 22/03/2011			
00962 DELEGACIA DA RECEITA DE PARAISO			
Insc. Estadual 29.029.299-9	Razão social O ALVES MARTINS	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 05/04/2011			
Insc. Estadual 29.031.047-4	Razão social ARAUJO & SILVALTDA	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/04/2011			
Insc. Estadual 29.043.108-5	Razão social J E TENÓRIO ALVES & CIA LTDA	Município 1712504	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"E", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 21/03/2011			
Insc. Estadual 29.059.585-1	Razão social DAVID DA COSTA NOGUEIRA	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 05/04/2011			
Insc. Estadual 29.088.637-6	Razão social CICERO GOMES DA GLORIA	Município 1712504	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"E", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 21/03/2011			
Insc. Estadual 29.383.535-7	Razão social REALDISTRIBUIDORA DE ELETRO ELETRONICO LTDA	Município 1707108	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 28/03/2011			
Insc. Estadual 29.393.389-8	Razão social JAILTON PEREIRA DE SOUSA-ME	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/04/2011			
Insc. Estadual 29.395.651-0	Razão social ELECTRO CICLO COM. VARJ.BICICLETA E TRICICLOS LTDA	Município 1712504	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"E", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 21/03/2011			
Insc. Estadual 29.398.672-0	Razão social W.RIBEIRO DOS SANTOS-ME	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 05/04/2011			
Insc. Estadual 29.401.784-4	Razão social DONITILIA RODRIGUES PARRAO & CIA LTDA	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 04/04/2011			
Insc. Estadual 29.408.603-0	Razão social CLEITON OLIVEIRA SOUSA	Município 1703909	CASEARA
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"G", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 05/04/2011			
Insc. Estadual 29.410.146-2	Razão social ADRIANA DE SOUZA OLIVEIRA - ME	Município 1712504	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"E", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 21/03/2011			
Insc. Estadual 29.415.724-7	Razão social G S DE ANDRADE FILHO - ME	Município 1707108	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS
Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DALEI 1287/01 C/CART. 101,INC. II,"D", DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 05/04/2011			

ATO DECLARATÓRIO N.º 060, de 13 de abril de 2011.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 55 da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001.

Considerando requerimento de pedido de não incidência do CONSELHO CENTRAL IMACULADA CONCEIÇÃO DE PALMAS/TO, CNPJ n.º02.806.795/0001-55, referente a processo nº 2011/6040/500174, na conformidade do inciso I do art. 54 da Lei 1.287, de 28 de dezembro de 2001, e do PARECER/SEFAZ /DFIS N.º 068/2011.

DECLARA:

1. A não incidência do Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do imóvel, situado na Quadra 93, lote 09 na Rua Goyazes, Loteamento Morada do Sol, Distrito de Taquaralto no município de Palmas/TO.

2. Este Ato entra em vigor nesta data.

VANDERLEI MULLER
Superintendente de Gestão Tributária

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 04/2011

Pelo presente Edital a AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DE TAQUARALTO, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente ou apresentar impugnação nesta AGÊNCIA, localizada à Quadra 31, Rua 11 c/Rua 17, Lotes 01 a 07 e 14 a 22, Shopping da Cidadania, Taquaralto, Palmas - TO, sob pena de imediata inscrição do respectivo valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
01	Construtora Globo Ltda	29.387.471-4	2011/000301	1.000,00	2010
02	D Alves - Cosméticos	29.389.539-2	2011/000182	2.061,85	2007
03	Pedreira Anhanguera S/A Emp de Mineração	29.035.456-0	2011/000059	14.400,00	2009 e 2010
04	Pedreira Anhanguera S/A Emp de Mineração	29.035.456-0	2011/000060	500,00	01/2011
05	Pedreira Anhanguera S/A Emp de Mineração	29.035.456-0	2011/000062	19.803,90	2009 e 01 a 11/2010

Palmas - TO, 06 de abril de 2011.

Alfredo Marques de Araújo
Chefe de Agência

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Secretário: **IGOR PUGLIESE AVELINO**

PORTARIA/SEHAB/Nº 049/2011, DE 11 DE ABRIL DE 2011.

O SECRETÁRIO DA HABITAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 83 da Lei nº. 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo indicados:

Claudiana Vitorino Sampaio, Técnico em Contabilidade, matrícula nº 877284-3, para responder pelo Setor de Recursos Humanos desta Pasta, a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Sandro Dias de Sousa, Analista Técnico-Administrativo, matrícula nº 849669-2, para responder pelo Setor de Almoxarifado desta Pasta, a partir de 1º de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**SECRETARIA DA INDÚSTRIA,
DO COMÉRCIO E DO TURISMO**

Secretário: ERNANI SOARES DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 039/2011, de 7 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001,

Considerando a solicitação de prestação de contas através dos Ofícios nº 014-DAF, de 11 de março de 2011, sem atendimento por parte do responsável pela aplicação dos recursos repassados através de convênio realizado;

Considerando o dever da Administração em exigir boa e regular aplicação dos recursos públicos, cobrando e responsabilizando os responsáveis; e

Considerando que, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Estado, a autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar as providências cabíveis;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Tomada de Contas, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 1.284/2001, do seguinte Convenente: Associação Comercial e Industrial de Paraíso do Tocantins - ACIP, Convênio nº 015/2010FDE, referente ao processo nº 2010 3660 000042, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), cujo objeto é o repasse financeiro para apoiar a realização da Feira de Negócios do Vale do Araguaia – FENEVA 2010, tendo em vista o término da vigência, e o Convenente não ter apresentado a prestação de contas do mencionado convênio.

Art. 2º. Designar a servidora Cláudia Régio Amazonas, matrícula nº 828784-8, Contadora, lotada na Diretoria de Administração e Finanças, para, realizar os procedimentos de Tomada de Contas, nos termos da IN TCE nº 14/2003 e Manual Técnico de Auditoria, aprovado pela IN-CGE nº 01/2005, referente ao convênio acima citado, na sede da ACIP em Paraíso do Tocantins, a partir do dia 14/04/2011, devendo à servidora apresentar relatório das atividades no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 040, de 11 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DETERMINAR, a fruição das férias legais da servidora, CLAUDIA REGIO AMAZONAS, matrícula nº. 828784-8, Contadora, no período de 25/04/2011 a 09/05/2011, interrompida pela Portaria Nº. 385, de 05 de junho de 2010, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, do referido benefício.

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Secretário: ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA

PORTARIA/SEINF Nº 0151/2011, de 12 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, parágrafo 1º, inciso IV da Constituição do Estado e pelo ATO nº 18 – NM, de 1º de janeiro de 2011, e tendo em vista exigências do Tribunal de Contas quanto a fiscalização de obras, resolve;

I - Designar o Engenheiro Civil LINEU KLOSTER, Matrícula 828728-7, Crea 26286/D-PR, lotado nesta Secretaria, como Fiscal das Obras de Demolição da estrutura metálica e Recuperação do muro do Centro Polivalente, no município de Rio Sono, no Estado do Tocantins, objeto do Contrato de nº 0294/2010, firmado com a empresa NASA CONSTRUTORA LTDA.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data, 12/04/2011, revogando-se as disposições em contrário.

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E DA MOD. DA GESTÃO PÚBLICA**

Secretário: JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

PORTARIA SEPLAN Nº 020/2011, de 08 de abril de 2011.

O Secretário do Planejamento, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado e de acordo com os artigos 86 e 87, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DETERMINAR, o gozo de 10 (dez) dias das férias da servidora REGINA SÔNIA BOTELHO MARTINS, Economista, matrícula funcional nº 833101-4, referentes ao período aquisitivo de 15/05/2008 a 14/05/2009, suspensas pela Portaria/SEPLAN nº 037/2009, de 19/05/2009, para que sejam fruídas no período de 11/04/2011 a 20/04/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2011**

AQ. DE SERVIÇOS
(LOCAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES DAAGROTINS 2011)

SECRETARIA DA AGRIC. PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
>> TESOURO <<
SOLICITAÇÃO CONTIDA NO PROCESSO Nº 00.044/3300/2011

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO

Legislação: Lei nº 10.520 DE 17.07.2002

Objeto: AQ. DE SERVIÇOS

Data de Abertura: 28.04.2011 às 09:00 horas

Local: Praça dos Girassóis, s/nº, CEP: 77.001-002, Palmas/TO.

Nota: Outras informações poderão ser obtidas na Subsecretaria Geral de Licitações, fone 0—63 3218 1238 e 0—63 3218 1239, em Palmas – TO ou email: sgl@seplan.to.gov.br.

DISPONÍVEL NO SITE www.sgl.to.gov.br.

Palmas, 13 de abril de 2011.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**SECRETARIA
DA SAÚDE**

Secretário: ARNALDO ALVES NUNES (INTERINO)

EXTRATOS DE CONTRATO

PROCESSO: 2009/3055/001566

CONTRATO: 270/2010

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SAÚDE

CONTRATADO: CENTRO DE TECNOLOGIA ORTOPEDICA

OBJETO: Aquisição de material permanente

VALOR TOTAL: R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.0077.4156

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52 Fonte: 245

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2010

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2010

SIGNATÁRIOS: DR. FRANCISCO MELQUÍADES NETO - P/ Contratante

GILVANA MIRANDA SAMPAIO - P/ Contratada

PROCESSO: 2009/3055/001566

CONTRATO: 272/2010

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SAÚDE

CONTRATADO: MÁXIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de material permanente

VALOR TOTAL: R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.0077.4156

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52 Fonte: 245

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 103/2010

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2010

SIGNATÁRIOS: DR. FRANCISCO MELQUÍADES NETO - P/ Contratante

OMAR BALBINO QUEIROZ - P/ Contratada

**SECRETARIA DA SEGURANÇA,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

Secretário: JOÃO COSTA RIBEIRO FILHO

PORTARIA Nº. 1084, de 07 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado, e

Considerando a importância em propiciar maior celeridade à confecção, à rubrica e à publicidade dos documentos expedidos pelo gabinete deste Secretário da Segurança, justiça e Cidadania.

Resolve:

Art. 1º Atribuir competência ao Secretário Executivo Giácomo Francisco Santoro e ao Superintendente de Polícia Civil João Fonseca Coelho para assinarem os documentos oficiais de competência deste gabinete, independente da presença do titular da pasta.

PORTARIA Nº 1091, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I – Revogar a Portaria SSJC nº. 24, de 25/01/2011, que delegou competência ao Subsecretário de Polícia Civil, no que se refere a:

- a) ordenar despesa nos processos referentes aos convênios firmados com os órgãos da administração pública federal;
- b) aprovar ou, conforme o caso, negar aprovação em processos de suprimento de fundos;
- c) praticar atos relativos à folha de pagamento, freqüência de pessoal e declaração de exercício de servidores.

PORTARIA Nº. 1094, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado, resolve:

I – Revogar a Portaria SSJC/TO nº. 940, de 23/03/2001, que designou JOÃO BATISTA VELOSO DO CARMO, matrícula 663000-6, Delegado de Polícia de Classe Especial - E, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia de Xambioá.

PORTARIA Nº. 1095, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I – Lotar HÉLIO GOMES CARNEIRO, matrícula 885532-3, Agente de Polícia de 1ª Classe - A, na Primeira Delegacia de Polícia Civil/1ª DPC-Gurupi, a partir de 08/04/2011.

II – Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº. 1097, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I – Lotar ANTONIO LOPES RIBEIRO NETO, matrícula 668842-0, Agente de Polícia de 3ª Classe - F, na Delegacia Especializada na Repressão aos Crimes Praticados Contra Concessionárias e Prestadoras de Serviço Público, a partir de 08/04/2011.

II – Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº. 1098, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, e art. 26, § 1º, I, da Lei 1.654/2006, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço, ARMANDO ARAUJO CARVALHO, matrícula 860648-0, Agente de Polícia de 1ª Classe - B, da Delegacia Especializada na Repressão a Narcóticos/DENARC para a Delegacia Especializada na Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores/DRFVA, a partir de 08/04/2011.

PORTARIA Nº. 1099, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, e art. 26, § 1º, I, da Lei 1.654/2006, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço, PATRICK GONTIJO OLIVEIRA, matrícula 853656-2, Escrivão de Polícia de 2ª Classe - D, da Delegacia Especializada na Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores/DRFVA para a da Delegacia Especializada na Repressão a Narcóticos/DENARC, a partir de 08/04/2011.

PORTARIA Nº. 1100, de 08 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado, resolve:

I – Lotar NILTON SILVA DE ABREU, matrícula 276138-6, Escrivão de Polícia de Classe Especial - F, na Delegacia de Polícia Civil de Itaguatins, a partir de 08/04/2011.

II – Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº. 1104, de 11 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, e art. 26, § 1º, I, da Lei 1.654/2006, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço, GLAUBER HENRIQUE OLIVEIRA MACIEL CARNEIRO DE ASSUMPÇÃO, matrícula 853729-1, Agente de Polícia de 2ª Classe - E, da Superintendência de Estratégia e Prevenção a Criminalidade para a Quarta Delegacia de Polícia Civil/4ª DPC - Palmas, a partir de 11/04/2011.

PORTARIA Nº. 1119, de 11 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço, ELIZETE DIAS DOS SANTOS, matrícula 853630-9, Escrivã de Polícia de 2ª Classe – E, da Delegacia Fazendária – Núcleo Regional Norte de Araguaína para a Delegacia de Polícia Civil de Goiatins, a partir de 11/04/2011.

PORTARIA Nº. 1120, de 11 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço, RENATO FERREIRA BATISTA, matrícula 867190-7, Agente Penitenciário de 1ª Classe – B, da Cadeia Pública de Arapoema para a Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil/1ª DRPC de Araguaína, a partir de 11/04/2011.

PORTARIA Nº. 1129, de 12 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, e art. 11, IV, da Lei 2.434/2011, resolve:

I – Remover, a pedido, ILMAR JORGE COELHO SILVA, matrícula 854909-5, Auxiliar de Enfermagem, da Superintendência de Polícia Técnica e Científica para a Diretoria de Assistência à Mulher, a partir de 11/04/2011.

PORTARIA Nº. 1130, de 12 de abril de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado do Tocantins, e artigo 11, IV, da Lei 2.434/2011, resolve:

I - Lotar MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 805327-8, na 2ª Delegacia de Polícia Civil de Palmas, a partir de 30/03/2011.

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº.: 2011/3100/000101

TERMO ADITIVO: 2º

CONTRATO Nº.: 024/2009

CONTRATANTE: Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania.

CONTRATADO: Dejocy Soares Guimarães

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência, referente à locação do Imóvel onde está instalada a Delegacia de Polícia de Santa Terezinha/TO.

VALOR MENSAL: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 05/03/2011 à 04/03/2012

DATA DA ASSINATURA: 03/03/2011

SIGNATÁRIOS: João Costa Ribeiro Filho – Secretário

Dejocy Soares Guimarães/ Locador

PROCESSO Nº: 2011 / 3100 / 000108

CONTRATO N.º: 070 / 2008

CONTRATANTE: Secretaria da Segurança , Justiça e Cidadania

CONTRATADO: SEMUSA – Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins/TO

OBJETO: 3º Termo aditivo ao contrato 070/2008, para prorrogação do prazo de vigência, referente a prestação de serviços de água e esgoto para às dependências das Unidades da SSJC, em Araguatins / TO

VIGÊNCIA: 17/03/2011 à 16/03/2012

DATA DA ASSINATURA: 14/03/2011

SIGNATÁRIOS: João Costa Ribeiro Filho – Secretário

Jocival Araújo Ramos / Representante.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA**PORTARIA Nº 006, de 11 de abril de 2011.**

O SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA, no uso da atribuição que lhe confere o ato nº 278 - NM, de 25 de janeiro de 2011 e portaria nº 972, de 16 de março de 2011,

I – Remover, a pedido VONICLECE CORREA DA SILVA COELHO, matrícula nº 837792-8, Auxiliar de Autópsia, da Superintendência de Polícia Técnica e Científica, para a Diretoria do Instituto Médico Legal, com data retroativa a 01 de abril de 2011.

PORTARIA Nº 007, de 11 de abril de 2011.

O SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA, no uso da atribuição que lhe confere o ato nº 278 - NM, de 25 de janeiro de 2011 e portaria nº 972, de 16 de março de 2011, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço VALDIMÁRIA RODRIGUES AIRES, papiloscopista, matrícula nº 437093-7, da Delegacia Geral da Polícia Civil, para a Diretoria do Instituto de Identificação, a partir desta data.

PORTARIA Nº 008, de 11 de abril de 2011.

O SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA, no uso da atribuição que lhe confere o ato nº 278 - NM, de 25 de janeiro de 2011 e portaria nº 972, de 16 de março de 2011, resolve:

I – Remover, a pedido ALDECY CARVALHO DOS SANTOS, papiloscopista, matrícula nº 245402-5, do Núcleo Setorial de Controle Interno, para a Diretoria do Instituto de Identificação, a partir desta data.

PORTARIA Nº 009, de 11 de abril de 2011.

O SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA, no uso da atribuição que lhe confere o ato nº 278 - NM, de 25 de janeiro de 2011 e portaria nº 972, de 16 de março de 2011, resolve:

I – Remover, a pedido EZEQUIAS DE SALES FREIRE, Perito Criminal matrícula nº 26956-5, da Diretoria do Instituto de Criminalística, para o Posto de Perícias Criminais de Miracema, a partir desta data.

PORTARIA Nº 010, de 11 de abril de 2011.

O SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA, no uso da atribuição que lhe confere o ato nº 278 - NM, de 25 de janeiro de 2011 e portaria nº 972, de 16 de março de 2011, resolve:

I – Remover, por necessidade do serviço, FRANCISCO DE ASSIS SOUSA PEREIRA, Perito Policial, matrícula nº 27111-0, da Diretoria do Instituto de Criminalística para o Núcleo de Perícias Criminais de Pedro Afonso, a partir desta data.

**SECRETARIA DO TRABALHO
E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Secretário: AGIMIRO DIAS DA COSTA

PORTARIA N° 23

A SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II da Constituição Estadual e de acordo com os termos da portaria nº. 024/99/SETAS, de 10 de agosto de 1999 e,

Considerando o artigo 3º, do Regimento Interno da Comissão Intergestora Bipartite do Tocantins – CIB/TO, resolve:

Art.1º Designar para compor a Comissão Intergestora Bipartite do Tocantins – CIB/TO, conforme estabelece a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, abaixo relacionado:

DA SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

MEMBROS:

Titular: Aurora Moraes dos Santos Silva
Suplente: Zoranildes Lopes Madeira da Silva

Titular: Carmem Lucia Kothe Vendramini
Suplente: Euvanilde da Silva Brito Alves

Titular: Silney Cardoso dos Santos Beckman
Suplente: Albene Martins Chaves

DOS GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Sonja Cathia Marinho Costa Brito
Suplente: Eline Pereira Gomes Cirqueira

Titular: Tônia Maria Fonseca Ferreira
Suplente: Eva Isabel Sette Cintra

Titular: Divina Herly de Carvalho Santos
Suplente: Marina Barbosa de Sousa

Titular: Lilian Martins Venturini Paranhos
Suplente: Geiziane Gomes Oliveira Amaral

Titular: Marinalva Martins Botelho
Suplente: Alessandra Franco Fonseca

Titular: Carlos Júnior Spegiorin Silveira
Suplente: Maria das Graças Carneiro de Sousa
Públique-se.

Palmas, 31 de março de 2011.

ATR

Presidente: Cel. CONSTANTINO MAGNO CASTRO FILHO

ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO02 - LEI 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA ORCADA, AUTORIZADA E REALIZADA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS E ELEMENTOS DE DESPESAS

UNIDADE GESTORA: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI

Periodo: JANEIRO a JANEIRO / 2011

CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	D E S P E S A A U T O R I Z A D A			D E S P E S A R E A L I Z A D A			SALDO ORCAMENTARIO
		O R C A M E N T O			PAGA	A PAGAR	TOTAL	
		INICIAL	ALTERACOES	TOTAL				
3.3.1.90.04.00	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	15.000,00	0,00	15.000,00	600,05	813,87	1.413,92	13.586,08
3.3.1.90.09.00	SALARIO-FAMILIA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.1.90.11.00	VENC.VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.058.744,00	0,00	1.058.744,00	128.794,28	32.632,48	161.426,76	897.317,24
3.3.1.90.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	442.000,00	0,00	442.000,00	1.677,64	6.192,29	7.869,93	434.130,07
3.3.1.91.13.00	OBRIG.PATRONAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	9.296,41	9.296,41	290.703,59
3.3.1.00.00.00	TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.816.744,00	0,00	1.816.744,00	131.071,97	48.935,05	180.007,02	1.636.736,98
3.3.3.20.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
3.3.3.90.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	342.000,00	0,00	342.000,00	0,00	0,00	0,00	342.000,00
3.3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	393.000,00	0,00	393.000,00	0,00	0,00	0,00	393.000,00
3.3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	113.000,00	0,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00
3.3.3.90.35.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
3.3.3.90.36.00	OUTROS SERV.DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	165.000,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
3.3.3.90.39.00	OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	810.000,00	0,00	810.000,00	0,00	7.950,00	7.950,00	802.050,00
3.3.3.90.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	67.000,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
3.3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64.500,00	0,00	64.500,00	0,00	0,00	0,00	64.500,00
3.3.3.90.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.3.00.00.00	TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.075.000,00	0,00	2.075.000,00	0,00	7.950,00	7.950,00	2.067.050,00
3.3.0.00.00.00	TOTAL DESPESAS CORRENTES	3.891.744,00	0,00	3.891.744,00	131.071,97	56.885,05	187.957,02	3.703.786,98
3.4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3.4.4.00.00.00	TOTAL INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3.4.0.00.00.00	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
	TOTAL GERAL	4.091.744,00	0,00	4.091.744,00	131.071,97	56.885,05	187.957,02	3.903.786,98

SIAC0049 - 12/04/2011

ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO02 - LEI 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA ORCADA, AUTORIZADA E REALIZADA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS E ELEMENTOS DE DESPESAS

UNIDADE GESTORA: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI

Periodo: JANEIRO a FEVEREIRO / 2011

CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	D E S P E S A A U T O R I Z A D A			D E S P E S A R E A L I Z A D A			SALDO ORCAMENTARIO
		O R C A M E N T O			PAGA	A PAGAR	TOTAL	
		INICIAL	ALTERACOES	TOTAL				
3.3.1.90.04.00	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	15.000,00	0,00	15.000,00	4.846,80	1.812,85	6.659,65	8.340,35
3.3.1.90.09.00	SALARIO-FAMILIA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.1.90.11.00	VENC.VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.058.744,00	0,00	1.058.744,00	214.359,33	30.178,08	244.537,41	814.206,59
3.3.1.90.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	442.000,00	0,00	442.000,00	9.669,91	5.298,88	14.968,79	427.031,21
3.3.1.91.13.00	OBRIG.PATRONAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	300.000,00	0,00	300.000,00	9.296,39	8.870,00	18.166,39	281.833,61
3.3.1.00.00.00	TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.816.744,00	0,00	1.816.744,00	238.172,43	46.159,81	284.332,24	1.532.411,76
3.3.3.20.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
3.3.3.90.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	342.000,00	0,00	342.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	333.000,00
3.3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	393.000,00	0,00	393.000,00	3.500,00	231,00	3.731,00	389.269,00
3.3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	113.000,00	0,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00
3.3.3.90.35.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
3.3.3.90.36.00	OUTROS SERV.DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	165.000,00	0,00	165.000,00	10.766,64	0,04	10.766,68	154.233,32
3.3.3.90.39.00	OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	810.000,00	0,00	810.000,00	16.814,25	3.908,13	20.722,38	789.277,62
3.3.3.90.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	67.000,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
3.3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64.500,00	0,00	64.500,00	1.009,84	503,89	1.513,73	62.986,27
3.3.3.90.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.3.3.00.00.00	TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.075.000,00	0,00	2.075.000,00	32.090,73	13.643,06	45.733,79	2.029.266,21
3.3.0.00.00.00	TOTAL DESPESAS CORRENTES	3.891.744,00	0,00	3.891.744,00	270.263,16	59.802,87	330.066,03	3.561.677,97
3.4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3.4.4.00.00.00	TOTAL INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3.4.0.00.00.00	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
	TOTAL GERAL	4.091.744,00	0,00	4.091.744,00	270.263,16	59.802,87	330.066,03	3.761.677,97

SIAC0049 - 12/04/2011

ESTADO DO TOCANTINS
COMPARATIVO DA DESPESA ORCADA, AUTORIZADA E REALIZADA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS E ELEMENTOS DE DESPESAS

ANEXO02 - LEI 4320/64

UNIDADE GESTORA: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI
Periodo: JANEIRO a MARCO / 2011

CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	D E S P E S A A U T O R I Z A D A			D E S P E S A R E A L I Z A D A			SALDO ORCAMENTARIO	
		O R C A M E N T O		TOTAL	PAGA	A PAGAR			
		INICIAL	ALTERACOES						
3.3.1.90.04.00	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	15.000,00	27.000,00	42.000,00	33.305,55	7.890,01	41.195,56	804,44	
3.3.1.90.09.00	SALARIO-FAMILIA	1.000,00	500,00	1.500,00	41,46	0,01	41,47	1.458,53	
3.3.1.90.11.00	VENC.VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.058.744,00	-27.500,00	1.031.244,00	312.597,85	37.840,68	350.438,53	680.805,47	
3.3.1.90.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	442.000,00	0,00	442.000,00	16.768,77	15.502,82	32.271,59	409.728,41	
3.3.1.91.13.00	OBRIG.PATRONAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	300.000,00	0,00	300.000,00	18.166,37	9.569,32	27.735,69	272.264,31	
3.3.1.00.00.00	TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.816.744,00	0,00	1.816.744,00	380.880,00	70.802,84	451.682,84	1.365.061,16	
3.3.3.20.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	500,00	0,00	500,00	0,00	20,00	20,00	480,00	
3.3.3.90.14.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	342.000,00	0,00	342.000,00	6.057,00	10.443,00	16.500,00	325.500,00	
3.3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	393.000,00	0,00	393.000,00	3.500,00	1.991,92	5.491,92	387.508,08	
3.3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	113.000,00	0,00	113.000,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00	
3.3.3.90.35.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
3.3.3.90.36.00	OUTROS SERV.DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	165.000,00	0,00	165.000,00	20.400,74	9.634,14	30.034,88	134.965,12	
3.3.3.90.39.00	OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	810.000,00	0,00	810.000,00	34.220,20	12.779,09	46.999,29	763.000,71	
3.3.3.90.47.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS CONTRIBUTIVAS	67.000,00	0,00	67.000,00	0,00	300,00	300,00	66.700,00	
3.3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	64.500,00	0,00	64.500,00	8.524,83	22.075,94	30.600,77	33.899,23	
3.3.3.90.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
3.3.3.00.00.00	TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.075.000,00	0,00	2.075.000,00	72.702,77	57.244,09	129.946,86	1.945.053,14	
3.3.0.00.00.00	TOTAL DESPESAS CORRENTES	3.891.744,00	0,00	3.891.744,00	453.582,77	128.046,93	581.629,70	3.310.114,30	
3.4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
3.4.4.00.00.00	TOTAL INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
3.4.0.00.00.00	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
	TOTAL GERAL	4.091.744,00	0,00	4.091.744,00	453.582,77	128.046,93	581.629,70	3.510.114,30	

ESTADO DO TOCANTINS	COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA - 109900 AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI					ANEXO - 10 PERIODO 1 / 2011	
	CODIGO	ESPECIFICACAO	PREVISTA		ARRECADADA	DIFERENCA	
			INICIAL	ATUALIZADA	NO PERIODO	ACUMULADA	
1122.99.00	= OUTRAS TAXAS PRESTACAO DE SERVICOS	905.000,00	905.000,00	5.044,82	5.044,82	5.044,82	899.955,18
TOTAL RECEITA TRIBUTARIA		905.000,00	905.000,00	5.044,82	5.044,82	5.044,82	899.955,18
1325.00.00	= REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.000,00	5.000,00	51,13	51,13	51,13	4.948,87
TOTAL RECEITA PATRIMONIAL		5.000,00	5.000,00	51,13	51,13	51,13	4.948,87
1761.99.00	= OUTRAS TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO	795.000,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
TOTAL TRANSFERENCIAS CORRENTES		795.000,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES		1.705.000,00	1.705.000,00	5.095,95	5.095,95	5.095,95	1.699.904,05
TOTAL GERAL: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI		1.705.000,00	1.705.000,00	5.095,95	5.095,95	5.095,95	1.699.904,05

SIAC0047 - 12/04/2011 - 14:13:56

ESTADO DO TOCANTINS	COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA - 109900 AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI					ANEXO - 10 PERIODO 2 / 2011	
	CODIGO	ESPECIFICACAO	PREVISTA		ARRECADADA	DIFERENCA	
			INICIAL	ATUALIZADA	NO PERIODO	ACUMULADA	
1122.99.00	= OUTRAS TAXAS PRESTACAO DE SERVICOS	905.000,00	905.000,00	64.483,32	69.528,14	64.483,32	835.471,86
TOTAL RECEITA TRIBUTARIA		905.000,00	905.000,00	64.483,32	69.528,14	64.483,32	835.471,86
1325.00.00	= REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.000,00	5.000,00	51,55	102,68	51,55	4.897,32
TOTAL RECEITA PATRIMONIAL		5.000,00	5.000,00	51,55	102,68	51,55	4.897,32
1761.99.00	= OUTRAS TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO	795.000,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
TOTAL TRANSFERENCIAS CORRENTES		795.000,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES		1.705.000,00	1.705.000,00	64.534,87	69.630,82	64.534,87	1.635.369,18
TOTAL GERAL: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI		1.705.000,00	1.705.000,00	64.534,87	69.630,82	64.534,87	1.635.369,18

SIAC0047 - 12/04/2011 - 14:14:24

ESTADO DO TOCANTINS	COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA - 109900 AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI					ANEXO - 10 PERIODO 3 / 2011	
	CODIGO	ESPECIFICACAO	PREVISTA		ARRECADADA	DIFERENCA	
			INICIAL	ATUALIZADA	NO PERIODO	ACUMULADA	
1122.99.00	= OUTRAS TAXAS PRESTACAO DE SERVICOS	905.000,00	905.000,00	0,00	69.528,14	0,00	835.471,86
TOTAL RECEITA TRIBUTARIA		905.000,00	905.000,00	0,00	69.528,14	0,00	835.471,86
1325.00.00	= REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.000,00	5.000,00	57,92	160,60	57,92	4.839,40
TOTAL RECEITA PATRIMONIAL		5.000,00	5.000,00	57,92	160,60	57,92	4.839,40
1761.99.00	= OUTRAS TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO	795.000,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
TOTAL TRANSFERENCIAS CORRENTES		795.000,00	795.000,00	0,00	0,00	0,00	795.000,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES		1.705.000,00	1.705.000,00	57,92	69.688,74	57,92	1.635.311,26
TOTAL GERAL: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI		1.705.000,00	1.705.000,00	57,92	69.688,74	57,92	1.635.311,26

SIAC0047 - 12/04/2011 - 14:14:51

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

BALANÇO FINANCEIRO

UNIDADE GESTORA: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI

PERÍODO: JANEIRO de 2011

Anexo 13 - Lei 4.320

RECEITA			DESPESA		
TITULOS	R\$	R\$	TITULOS	R\$	R\$
ORCAMENTARIAS			ORCAMENTARIAS		179.608,49
RECEITAS CORRENTES		5.095,95	DESPESAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	5.044,82		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	170.312,10	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	51,13		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00				
RECEITA DE SERVICO	0,00				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00				
DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	DESPESAS DE CAPITAL		0,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00		INVESTIMENTOS	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00		INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00		AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00				
DEDUCOES DA RECEITA CAPITAL	0,00				
REC.CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		0,00	DESP. CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		9.296,39
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.296,39	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	
DEDUCOES RECEITA INTRA-ORCAMENTARIA	0,00				
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		204.626,44	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
COTAS RECEBIDAS		0,00	COTAS CONCEDIDAS		0,00
REPASSE RECEBIDO		204.626,44	REPASSE CONCEDIDO		0,00
CONTRIBUICOES PATRONAIS		0,00	CONTRIBUICOES PATRONAIS		0,00
EXTRA-ORCAMENTARIA		181.694,35	EXTRA-ORCAMENTARIA		206.712,30
INSCRIÇÃO DA DIVIDA FLUTUANTE		181.694,35	PAGAMENTO DA DIVIDA FLUTUANTE		206.712,30
CONSIGNACOES E ENCARGOS SOCIAIS	51.510,46		CONSIGNACOES E ENCARGOS SOCIAIS	76.528,41	
CAUCAO	0,00		CAUCAO	0,00	
DEPOSITO DE OUTRAS ORIGENS	0,00		DEPOSITO DE OUTRAS ORIGENS	0,00	
DESPESAS A PAGAR	130.183,89		DESPESAS A PAGAR	130.183,89	
OUTROS CREDORES	0,00		OUTROS CREDORES	0,00	
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR RPFS	0,00		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR RPFS	0,00	
RESTOS A PAGAR	0,00		RESTOS A PAGAR	0,00	
TAXA DE RISCO	0,00		TAXA DE RISCO	0,00	
VALORES NAO RECLAMADOS	0,00		VALORES NAO RECLAMADOS	0,00	
ORDENS PAGTO.E/OU CH EM TRANSITO	0,00		ORDENS PAGTO.E/OU CH EM TRANSITO	0,00	
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00		DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	
SENTENCA JUDICIAL	0,00		SENTENCA JUDICIAL	0,00	
RECEB. DE VALORES REALIZAVEIS		0,00	INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZAVEIS		0,00
OUTROS DEVEDORES	0,00		OUTROS DEVEDORES	0,00	
REC. APREENDIDO POR DECISAO JUDICIAL	0,00		REC. APREENDIDO POR DECISAO JUDICIAL	0,00	
DIVERSOS RESPONSAVEIS-APURADOS-RPFS	0,00		DIVERSOS RESPONSAVEIS-APURADOS-RPFS	0,00	
VALORES EM TRANSITO	0,00		VALORES EM TRANSITO	0,00	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		0,00
RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	0,00		RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	0,00	
VARIACAO CAMBIAL		0,00	VARIACAO CAMBIAL		0,00
VARIACAO CAMBIAL	0,00		VARIACAO CAMBIAL	0,00	
AJUSTES DE CREDITOS		0,00	PROVISOS		0,00
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00		PROVISOS PERDAS INVESTIMENTOS-RPFS	0,00	
REVERSOES		0,00	RECURSOS A RECEBER		0,00
REVERSOES PERDAS INVESTIMENTOS-RPFS	0,00		CANCELAMENTO DE RECURSOS A RECEBER	0,00	
SALDO DO PERIODO ANTERIOR		69.885,10	SALDO PARA O PERIODO SEGUINTE		74.981,05
DISPONIVEL		9.893,42	DISPONIVEL		9.944,55
BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.893,42		BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.944,55	
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00		APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	
APLIC.SEGMENTO RENDA FIXA	0,00		APLIC.SEGMENTO RENDA FIXA	0,00	
APLIC.SEGMENTO RENDA VARIAVEL	0,00		APLIC.SEGMENTO RENDA VARIAVEL	0,00	
APLIC.SEGMENTO IMOBILIARIO	0,00		APLIC.SEGMENTO IMOBILIARIO	0,00	
POUPANCA	0,00		POUPANCA	0,00	
AGENTES ARRECADADORES		0,00	AGENTES ARRECADADORES		0,00
AGENTES ARRECADADORES	0,00		AGENTES ARRECADADORES	0,00	
RECURSOS A RECEBER		0,00	RECURSOS A RECEBER		0,00
RECURSOS A RECEBER	0,00		RECURSOS A RECEBER	0,00	
CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00		CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00	
RECURSOS PROPRIOS		59.991,68	RECURSOS PROPRIOS		65.036,50
RECURSOS PROPRIOS - CTU	59.991,68		RECURSOS PROPRIOS - CTU	65.036,50	
ALIENACAO DE BENS	0,00		ALIENACAO DE BENS	0,00	
ALIENACAO DE BENS - CTU	0,00		ALIENACAO DE BENS - CTU	0,00	
CONSIGNACOES FUNGESP - CTU	0,00		CONSIGNACOES FUNGESP - CTU	0,00	
CREDITOS TRIBUTARIOS		0,00	CREDITOS TRIBUTARIOS		0,00
ICMS A COMPENSAR	0,00		ICMS A COMPENSAR	0,00	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		0,00	REALIZAVEL A LONGO PRAZO		0,00
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00		APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	
RECURSOS VINCULADOS	0,00		RECURSOS VINCULADOS	0,00	
TOTAL		461.301,84	TOTAL		461.301,84

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

BALANÇO FINANCEIRO

UNIDADE GESTORA: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI

PERÍODO: FEVEREIRO de 2011

Anexo 13 - Lei 4.320

RECEITA			DESPESA		
TITULOS	R\$	R\$	TITULOS	R\$	R\$
ORCAMENTARIAS		64.534,87	ORCAMENTARIAS		137.107,00
RECEITAS CORRENTES	64.483,32	64.534,87	DESPESAS CORRENTES		128.237,02
RECEITA TRIBUTARIA	0,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.642,40	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	51,55		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.594,62	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00				
RECEITA DE SERVICO	0,00				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00				
DEDUÇOES DA RECEITA CORRENTE	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		DESPESAS DE CAPITAL		0,00
OPERACOES DE CREDITO	0,00		INVESTIMENTOS	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00		INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00		AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00				
DEDUÇOES DA RECEITA CAPITAL	0,00				
REC.CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00		DESP. CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		8.869,98
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.869,98	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	
DEDUÇOES RECEITA INTRA-ORCAMENTARIA	0,00				
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		177.503,61	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
COTAS RECEBIDAS		0,00	COTAS CONCEDIDAS		0,00
REPASSE RECEBIDO	177.503,61		REPASSE CONCEDIDO		0,00
CONTRIBUICOES PATRONAIS	0,00		CONTRIBUICOES PATRONAIS		0,00
EXTRA-ORCAMENTARIA		150.451,43	EXTRA-ORCAMENTARIA		152.535,62
INSCRIÇAO DA DIVIDA FLUTUANTE	150.451,43		PAGAMENTO DA DIVIDA FLUTUANTE		152.535,62
CONSIGNACOES E ENCARGOS SOCIAIS	48.130,16		CONSIGNACOES E ENCARGOS SOCIAIS	50.718,24	
CAUCAO	0,00		CAUCAO	0,00	
DEPOSITO DE OUTRAS ORIGENS	0,00		DEPOSITO DE OUTRAS ORIGENS	0,00	
DESPESAS A PAGAR	102.321,27		DESPESAS A PAGAR	101.817,38	
OUTROS CREDORES	0,00		OUTROS CREDORES	0,00	
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR RPFS	0,00		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR RPFS	0,00	
RESTOS A PAGAR	0,00		RESTOS A PAGAR	0,00	
TAXA DE RISCO	0,00		TAXA DE RISCO	0,00	
VALORES NAO RECLAMADOS	0,00		VALORES NAO RECLAMADOS	0,00	
ORDENS PAGTO.E/OU CH EM TRANSITO	0,00		ORDENS PAGTO.E/OU CH EM TRANSITO	0,00	
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00		DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	
SENTENCA JUDICIAL	0,00		SENTENCA JUDICIAL	0,00	
RECEB. DE VALORES REALIZAVEIS	0,00		INSCRIÇAO DE VALORES REALIZAVEIS		0,00
OUTROS DEVEDORES	0,00		OUTROS DEVEDORES	0,00	
REC. APREENDIDO POR DECISAO JUDICIAL	0,00		REC. APREENDIDO POR DECISAO JUDICIAL	0,00	
DIVERSOS RESPONSAVEIS-APURADOS-RPFS	0,00		DIVERSOS RESPONSAVEIS-APURADOS-RPFS	0,00	
VALORES EM TRANSITO	0,00		VALORES EM TRANSITO	0,00	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00		VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		0,00
RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	0,00		RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	0,00	
VARIACAO CAMBIAL	0,00		VARIACAO CAMBIAL		0,00
VARIACAO CAMBIAL	0,00		VARIACAO CAMBIAL	0,00	
AJUSTES DE CREDITOS	0,00		PROVISOES		0,00
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00		PROVISOES PERDAS INVESTIMENTOS-RPFS	0,00	
REVERSOES	0,00		RECURSOS A RECEBER		0,00
REVERSOES PERDAS INVESTIMENTOS-RPFS	0,00		CANCELAMENTO DE RECURSOS A RECEBER	0,00	
SALDO DO PERIODO ANTERIOR		74.981,05	SALDO PARA O PERIODO SEGUINTE		177.828,34
DISPONIVEL	9.944,55		DISPONIVEL		48.308,52
BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.944,55		BANCOS CONTA MOVIMENTO	48.308,52	
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00		APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	
APLIC.SEGMENTO RENDA FIXA	0,00		APLIC.SEGMENTO RENDA FIXA	0,00	
APLIC.SEGMENTO RENDA VARIAVEL	0,00		APLIC.SEGMENTO RENDA VARIAVEL	0,00	
APLIC.SEGMENTO IMOBILIARIO	0,00		APLIC.SEGMENTO IMOBILIARIO	0,00	
POUPANCA	0,00		POUPANCA	0,00	
AGENTES ARRECADADORES	0,00		AGENTES ARRECADADORES		0,00
AGENTES ARRECADADORES	0,00		AGENTES ARRECADADORES	0,00	
RECURSOS A RECEBER	0,00		RECURSOS A RECEBER		0,00
RECURSOS A RECEBER	0,00		RECURSOS A RECEBER	0,00	
CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00		CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00	
RECURSOS PROPRIOS	65.036,50		RECURSOS PROPRIOS		129.519,82
RECURSOS PROPRIOS - CTU	65.036,50		RECURSOS PROPRIOS - CTU	129.519,82	
ALIENACAO DE BENS	0,00		ALIENACAO DE BENS	0,00	
ALIENACAO DE BENS - CTU	0,00		ALIENACAO DE BENS - CTU	0,00	
CONSIGNACOES FUNGESP - CTU	0,00		CONSIGNACOES FUNGESP - CTU	0,00	
CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00		CREDITOS TRIBUTARIOS		0,00
ICMS A COMPENSAR	0,00		ICMS A COMPENSAR	0,00	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00		REALIZAVEL A LONGO PRAZO		0,00
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00		APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	
RECURSOS VINCULADOS	0,00		RECURSOS VINCULADOS	0,00	
TOTAL		467.470,96	TOTAL		467.470,96

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
BALANÇO FINANCEIRO
UNIDADE GESTORA: 109900 - AGENCIA TOC. DE REGULACAO, CONTROLE E FISCALI
PERÍODO: MARCO de 2011

Anexo 13 - Lei 4.320/64

RECEITA			DESPESA		
TITULOS	R\$	R\$	TITULOS	R\$	R\$
ORCAMENTARIAS			57,92	ORCAMENTARIAS	224.739,17
RECEITAS CORRENTES	57,92		DESPESAS CORRENTES	215.169,87	
RECEITA TRIBUTARIA	0,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	157.781,30	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	57,92		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.388,57	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00				
RECEITA DE SERVICO	0,00				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00				
DEDUICOES DA RECEITA CORRENTE	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		DESPESAS DE CAPITAL	0,00	
OPERACOES DE CREDITO	0,00		INVESTIMENTOS	0,00	
ALIENACAO DE BENS	0,00		INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00		AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00				
DEDUICOES DA RECEITA CAPITAL	0,00				
REC.CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00		DESP. CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	9.569,30	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.569,30	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	
DEDUICOES RECEITA INTRA-ORCAMENTARIA	0,00				
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		207.443,08	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
COTAS RECEBIDAS	0,00		COTAS CONCEDIDAS	0,00	
REPASSE RECEBIDO	207.443,08		REPASSE CONCEDIDO	0,00	
CONTRIBUICOES PATRONAIS	0,00		CONTRIBUICOES PATRONAIS	0,00	
EXTRA-ORCAMENTARIA		236.220,80	EXTRA-ORCAMENTARIA		194.801,24
INSCRIÇÃO DA DIVIDA FLUTUANTE	236.220,80		PAGAMENTO DA DIVIDA FLUTUANTE	194.801,24	
CONSIGNACOES E ENCARGOS SOCIAIS	71.972,15		CONSIGNACOES E ENCARGOS SOCIAIS	47.329,12	
CAUCAO	0,00		CAUCAO	0,00	
DEPOSITO DE OUTRAS ORIGENS	0,00		DEPOSITO DE OUTRAS ORIGENS	0,00	
DESPESAS A PAGAR	164.248,65		DESPESAS A PAGAR	147.472,12	
OUTROS CREDORES	0,00		OUTROS CREDORES	0,00	
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR RPPS	0,00		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR RPPS	0,00	
RESTOS A PAGAR	0,00		RESTOS A PAGAR	0,00	
TAXA DE RISCO	0,00		TAXA DE RISCO	0,00	
VALORES NAO RECLAMADOS	0,00		VALORES NAO RECLAMADOS	0,00	
ORDENS PAGTO,E/OU CH EM TRANSITO	0,00		ORDENS PAGTO,E/OU CH EM TRANSITO	0,00	
DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00		DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00	
SENTENCA JUDICIAL	0,00		SENTENCA JUDICIAL	0,00	
RECEB. DE VALORES REALIZAVEIS	0,00		INSCRIÇÃO DE VALORES REALIZAVEIS	0,00	
OUTROS DEVEDORES	0,00		OUTROS DEVEDORES	0,00	
REC. APREENDIDO POR DECISAO JUDICIAL	0,00		REC. APREENDIDO POR DECISAO JUDICIAL	0,00	
DIVERSOS RESPONSAVEIS-APURADOS-RPPS	0,00		DIVERSOS RESPONSAVEIS-APURADOS-RPPS	0,00	
VALORES EM TRANSITO	0,00		VALORES EM TRANSITO	0,00	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00		VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	
RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	0,00		RECEBIMENTOS A CLASSIFICAR	0,00	
VARIACAO CAMBIAL	0,00		VARIACAO CAMBIAL	0,00	
VARIACAO CAMBIAL	0,00		VARIACAO CAMBIAL	0,00	
AJUSTES DE CREDITOS	0,00		PROVISOES	0,00	
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00		PROVISOES PERDAS INVESTIMENTOS-RPPS	0,00	
REVERSOES	0,00		RECURSOS A RECEBER	0,00	
REVERSOES PERDAS INVESTIMENTOS-RPPS	0,00		CANCELAMENTO DE RECURSOS A RECEBER	0,00	
SALDO DO PERIODO ANTERIOR		177.828,34	SALDO PARA O PERIODO SEGUINTE		202.009,73
DISPONIVEL	48.308,52		DISPONIVEL	72.489,91	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	48.308,52		BANCOS CONTA MOVIMENTO	72.489,91	
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00		APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	
APLIC.SEGMENTO RENDA FIXA	0,00		APLIC.SEGMENTO RENDA FIXA	0,00	
APLIC.SEGMENTO RENDA VARIAVEL	0,00		APLIC.SEGMENTO RENDA VARIAVEL	0,00	
APLIC.SEGMENTO IMOBILIARIO	0,00		APLIC.SEGMENTO IMOBILIARIO	0,00	
POUPANCA	0,00		POUPANCA	0,00	
AGENTES ARRECADADORES	0,00		AGENTES ARRECADADORES	0,00	
RECURSOS A RECEBER	0,00		RECURSOS A RECEBER	0,00	
RECURSOS A RECEBER	0,00		RECURSOS A RECEBER	0,00	
CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00		CONTRIBUICOES A RECEBER	0,00	
RECURSOS PROPRIOS	129.519,82		RECURSOS PROPRIOS	129.519,82	
RECURSOS PROPRIOS - CTU	129.519,82		RECURSOS PROPRIOS - CTU	129.519,82	
ALIENACAO DE BENS	0,00		ALIENACAO DE BENS	0,00	
ALIENACAO DE BENS - CTU	0,00		ALIENACAO DE BENS - CTU	0,00	
CONSIGNACOES FUNGESP - CTU	0,00		CONSIGNACOES FUNGESP - CTU	0,00	
CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00		CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	
ICMS A COMPENSAR	0,00		ICMS A COMPENSAR	0,00	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00		REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00	
APLICACOES FINANCEIRAS	0,00		APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	
RECURSOS VINCULADOS	0,00		RECURSOS VINCULADOS	0,00	
TOTAL		621.550,14	TOTAL		621.550,14

SIAC0027 - 12/04/2011 as 14:17:29

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A

Presidente: RODRIGO ALEXANDRE GOMES DE OLIVEIRA

COMUNICADO N° 005/2011 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A - FomenTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, do Estatuto Social, combinado com a Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, convoca os senhores Acionistas para a Assembléia Geral Ordinária que acontecerá no dia 26 de abril de 2011, às 15:00, na sala de reuniões da FomenTO, situada na 104 Norte, Avenida LO-2, Conjunto 04, Lote 01-A, Salas 7-10, Palmas, capital do Estado do Tocantins, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembléia Geral Ordinária:

1. Homologar as deliberações do Conselho de Administração, contidas nas Atas das reuniões realizadas nos dias: 29 de abril de 2010; 30 de junho de 2010; 19 de agosto de 2010; e, 29 de novembro de 2010;
2. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010;
3. Deliberar sobre a proposta de orçamento para 2011;
4. Deliberar sobre remuneração e vínculo empregatício da Diretoria Executiva;
5. Tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade;

Palmas - TO, 13 de abril de 2011.

JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
Presidente do Conselho de Administração

DETRAN

Diretor-Geral: Cel. JÚLIO CÉSAR DA SILVA MAMEDE

PORTARIA/GABDG/Nº 614/2011

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/TO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado, combinado com artigo Art. 8º, inciso II, alínea “a” da Lei Nº 2.425 de 11 de janeiro de 2011, e pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato Nº 58 NM de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial Nº 3.292, de 02 de janeiro de 2011,

RESOLVE:

I – ALTERAR a Portaria nº 243/2011-GABP, na parte em que designa servidores, passando a vigorar os seguintes nomes: FABIANA ZANINI, Escrivã de Polícia, VANUZA GOMES RAMALHO FERREIRA, Coordenadora de Correição e FERNANDA DE CÁSSIA M. DOS SANTOS para, sob a presidência da primeira, compor Comissão de Sindicância destinada a apurar irregularidades previstas no art.80, incisos X, XI, XIV, XV e XVI, art.83, incisos V, XIII e XIV da Portaria nº 2.736/2009 do DETRAN/TO, atribuídas ao Diretor Geral e Instrutor de Trânsito ROGÉRIO RODRIGUES FERREIRA do CFC PADRÃO de Palmas/TO.

II – Prorrogar o prazo estabelecido no Artigo 166, § 3º, da Lei nº 1818, de 10 de agosto de 2007, para conclusão da Sindicância.

III – Da presente Portaria dê-se ciência as Superintendência Administrativa e Superintendência Operacional, para as providências de sua competência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Palmas, 11 de abril de 2011.

PORTARIA/GABDG/Nº 615/2011

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/TO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado, combinado com artigo Art. 8º, inciso II, alínea “a” da Lei Nº 2.425 de 11 de janeiro de 2011, e pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato Nº 58 NM de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial Nº 3.292, de 02 de janeiro de 2011,

RESOLVE:

I – ALTERAR a Portaria nº 2423/2010-GABP, na parte em que designa servidores, passando a vigorar os seguintes nomes: FABIANA ZANINI, Escrivã de Polícia, VANUZA GOMES RAMALHO FERREIRA, Coordenadora de Correição e FERNANDA DE CASSIA M. DOS SANTOS para, sob a presidência da primeira, compor Comissão de Processo Disciplinar destinada a apurar irregularidades no processo de primeira habilitação dos alunos/candidatos Carlos Iran B.P.Moraes, Divino A. Rodrigues e outros, da cidade de Arapoema-TO.

II – Prorrogar o prazo estabelecido no Artigo 166, § 3º, da Lei nº 1818, de 10 de agosto de 2007, para conclusão da Sindicância.

III – Da presente Portaria dê-se ciência as Superintendência Administrativa e Superintendência Operacional, para as providências de sua competência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Palmas, 11 de abril de 2011.

PORTARIA/GABDG/Nº 616/2011.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/TO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado, combinado com artigo Art. 8º, inciso II, alínea “a” da Lei Nº 2.425 de 11 de janeiro de 2011, e pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato Nº 58 NM de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial Nº 3.292, de 02 de janeiro de 2011,

RESOLVE:

I – ALTERAR a Portaria nº 2443/2010-GABP, na parte em que designa servidores, passando a vigorar os seguintes nomes: FABIANA ZANINI, Escrivã de Polícia, VANUZA GOMES RAMALHO FERREIRA, Coordenadora de Correição e FERNANDA DE CASSIA M. DOS SANTOS para, sob a presidência da primeira, compor Comissão de Processo Disciplinar destinada a apurar irregularidades no processo de propriedade e jurisdição do veículo placá NKT-9202.

II – Prorrogar o prazo estabelecido no Artigo 166, § 3º, da Lei nº 1818, de 10 de agosto de 2007, para conclusão da Sindicância.

III – Da presente Portaria dê-se ciência as Superintendência Administrativa e Superintendência Operacional, para as providências de sua competência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Palmas, 11 de abril de 2011.

PORTARIA/GABDG/Nº 617/2011.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/TO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42, §1º, inciso II da Constituição do Estado, combinado com artigo Art. 8º, inciso II, alínea “a” da Lei Nº 2.425 de 11 de janeiro de 2011, e pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato Nº 58 NM de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial Nº 3.292, de 02 de janeiro de 2011,

RESOLVE:

I – DESIGNAR os servidores: FABIANA ZANINI, Escrivã de Polícia, VANUZA GOMES RAMALHO FERREIRA, Coordenadora de Correição e FERNANDA DE CÁSSIA M. DOS SANTOS para, sob a presidência da primeira, compor Comissão de Processo Disciplinar destinada a apurar irregularidades previstas no Art.80, incisos II, XI, XIV, XV e XVI, da Portaria nº 2.736/09, ATRIBUIDAS AO DIRETOR Geral do CFC BOM JESUS, com sede em Paraíso-TO.

II – Determinar o prazo estabelecido no Artigo 166, § 3º, da Lei nº 1818, de 10 de agosto de 2007, para conclusão da Sindicância.

III – Da presente Portaria dê-se ciência às Superintendência Administrativa e Operacional, para as providências de sua competência.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Palmas, 11 de abril de 2011.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO: 2008 3247 000623

CONTRATO: 034/2008

CONTRATANTE: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-TO
CONTRATADOS: Diego Giovanni de Melo Silva, Renata Cristina de Melo Silva e Priscila Camila de Melo Silva.

OBJETO: Locação de Imóvel para atender o CIRETRAN de Augustinópolis - TO

VALOR MENSAL: R\$ 1.606,06 (um mil, seiscentos e seis reais e seis centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 3247041220154001, Natureza da Despesa 3.3.90.36 - Fonte 0240

VIGÊNCIA: 03 de novembro de 2012

DATA DE ASSINATURA: 12 de abril de 2011

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensada por meio da Portaria nº 2491/2008

SIGNATÁRIOS: Júlio César da Silva Mamede – Diretor Geral do DETRAN-TO e Diego Giovanni de Melo Silva, Renata Cristina de Melo Silva e Priscila Camila de Melo Silva – proprietários do imóvel.

FUNDAÇÃO CULTURAL

Presidente: KÁTIA TEREZINHA COELHO DA ROCHA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO N°: 002/2009 - 2º Termo Aditivo
PROCESSO N°: 2009 2871 000008

CONTRATANTE: Fundação Cultural do Estado do Tocantins

CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

OBJETO: Tem por objeto aquisição de serviços postais.

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 28710-13.122.0195.4.001- Natureza da Despesa: 33.90.39

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2011

SIGNATÁRIOS: Kátia Terezinha Coelho da Rocha - Secretária da Cultura e Presidente da Fundação Cultural

Paulo Wernek Barros Martins - Diretor Regional DR/TO

Cícero Batista Pereira - Gerente Comercial DR/TO

IGEPREV-TOCANTINS

Presidente: LILLIAN APARECIDA DE MELO CAMPOS

PORTARIA N° 014, DE 10 DE MARÇO DE 2011.

O Vice-Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, consoante dispõe os arts. 20, inciso X, da Lei Estadual nº 1.940, de 1º de julho de 2008; 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e, com base no art. 13, inciso IX, da Instrução Normativa TCE/TO nº 02/2008, de 07 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor abaixo relacionado com seu respectivo suplente, para, na condição de interlocutores, fiscalizarem a execução do contrato nº 002/2011, e seus aditivos, firmando entre o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV/TO e a empresa Aynil Soluções Ltda.

NOME E MATRÍCULA	CONTRATO N°	OBJETO DO CONTRATO
1) ALICE CARLA DE SOUSA SETÚBAL Matrícula nº 857.265-8.		contratação de serviços de infraestrutura com manutenção corretiva, manutenção preventiva, instalações, desinstalações e remanejamentos em rede de telefonia
2) GLAYDSON DOS SANTOS SILVA Matrícula nº 8612838	002/2011	

§ 1º. As atribuições de que dispõem esta Portaria são estendidas ao servidor suplente nos casos de ausência, férias ou impedimento do titular.

Art. 2º. COMPETE ao Fiscal de Contrato:

I. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação dos serviços;

II. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam desempenhadas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, exigindo seu fiel cumprimento em todos os seus termos, devendo comunicar quaisquer irregularidades a autoridade competente para fins de adoção das medidas cabíveis;

III. Receber e apresentar relatórios;

IV. Anotar em registro próprio:

a) os incidentes e irregularidades encontradas;

b) as providências que determinou e os correspondentes resultados obtidos.

V. Certificar-se de que os serviços realizados atendem integralmente às especificações contidas no instrumento convocatório, e correspondente contrato e proposta;

VI. Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em resposta a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno;

VII. Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto contratado;

VIII. Analisar e conferir os documentos de cobrança e encaminhá-los à diretoria competente para fins de atesto, ou devolver à CONTRATADA os que estiverem em desconformidade com o contratado, para realização das devidas correções; e,

IX. Solicitar alterações/prorrogações contratuais à diretoria competente, devidamente justificadas, que somente se efetivarão com a celebração do respectivo Termo Aditivo ou Apostilamento.

X. Proceder a verificação de todas as condições preestabelecidas pela CONTRATANTE, podendo rejeitar, no todo ou em parte o fornecimento de produtos em desacordo com as mesmas, fazendo registrar as ocorrências nos autos da contratação;

XI. Acompanhar os prazos de vigência dos instrumentos contratuais sob sua responsabilidade, indicando a necessidade de prorrogações, rescisões, novas contratações do mesmo objeto, acréscimos e supressões, bem como, solicitando a realização de licitação ou contratação direta, conforme o caso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da contratação;

Art. 3º. O Fiscal de que trata esta Portaria é responsável civil, penal e administrativamente pelos atos que praticar, aplicando-se-lhes as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e Lei Estadual 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Eliu de Andrade Jurubeba
Vice-Presidente

NATURATINS

Presidente: ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES

PORTARIA NATURATINS N.º 100, DE 12 DE ABRIL DE 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do ato nº. 67-NM publicada no Diário Oficial nº. 3.292, de 02 de janeiro de 2011 e consoante o disposto no Art. 86, da Lei nº. 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

SUSPENDER o gozo das férias legais da servidora EDILMA CARDOSO DE CASTRO, matrícula nº. 860349-9, Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo 2009/2010, prevista para 14/04/2011 a 28/04/2011 15 (quinze) dias, assegurando-lhe o direito de fruir-las em data oportuna.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N° 101/2009

REF: 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso que entre si celebram O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS e MEDEIROS E CABRAL LTDA – POSTO INTERLAGOS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por 6 (seis) meses o prazo de vigência do Termo de Compromisso n.º 101/2009.

DATA DA ASSINATURA: 23 de março de 2011.

VIGÊNCIA: O Termo de compromisso nº. 101/2009, passa a ter a vigência de mais 06 (seis) meses, além dos 12 (doze) meses anteriormente fixados, perfazendo 18 (dezoito) meses, com término em 03/07/2011.

DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Termo de Compromisso nº. 101/2009, ficam ratificadas.

SIGNATÁRIOS: Alexandre Tadeu Moraes Rodrigues: Presidente-Compromitente
Jardel Medeiros da Silva: Representante-Compromissado

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N° 143/2010

REF: 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso que entre si celebram O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS e CERBRAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Compromisso n.º. 143/2010, constante do Processo nº 3482/2010.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

VIGÊNCIA: O Termo de Compromisso nº. 143/2010, vigerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura deste instrumento.

DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Termo de Compromisso nº. 143/2010, ficam ratificadas.

SIGNATÁRIOS: Alexandre Tadeu Moraes Rodrigues: Presidente - Compromitente
Sônia Maria Silveira Machado: Representante-Compromissado

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO N° 21/2011

REF: Termo de Compromisso que entre si celebram O INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – NATURATINS e WILLKER DA SILVA LOPES.
OBJETO: O presente Termo de Compromisso tem como objetivo autorizar o funcionamento do empreendimento do compromissado por 90 (noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA: 11 de abril de 2011.

VIGÊNCIA: O presente Instrumento vigerá pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por necessidade e conveniência das partes.

SIGNATÁRIOS: Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues: Presidente/ Compromitente
Willker da Silva Lopes: Compromissado

RURALTINS

Presidente: OLÍMPIO MASCARENHAS DOS REIS

PORTRARIA N° 099/2011 – RURALTINS

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS – RURALTINS, no uso das suas atribuições legais, e consoante o disposto no inciso II, do art. 175, cD c inciso I e §§ 1º e 3º do art. 166, todos da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de sindicância Administrativa, em desfavor do servidor (engenheiro agrônomo) Josias Freire de Miranda, matrícula nº 827077-5, para apurar supostas irregularidades relativas ao exercício funcional.

Art. 2º Constituir a Comissão de Sindicância e designar os servidores abaixo elencados para, sob a presidência do primeiro, apresentar, no prazo legal de 30 (trinta) dias, relatório conclusivo.

- Agnelo Neto Nascimento Cruz, matrícula nº 196 380-5 (presidente);
- Hugo Sérgio Zanetti, matrícula nº 728 26 -8 (sub-presidente);
- Geovani Chalub silva, matrícula nº 847 883-0 (secretário).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente do Instituto e Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins, em Palmas, aos 12 (doze) dias do mês de abril de 2011.

EXTRATOS DE TERMO DE COOPERAÇÃO**TERMO DE COOPERAÇÃO N° 007/2011**

SIGNATÁRIOS: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins/ Ruraltins - Olímpio Mascarenhas dos Reis e o Município de Axixá do Tocantins –Ruidiard de Souza Brito.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a realização de ações conjuntas, mediante a conjugação de esforços dos partícipes para a execução de um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à melhoria das condições econômicas e sociais dos agricultores familiares e o desenvolvimento rural do município, observadas as diretrizes dos governos Federal, Estadual e Municipal.

DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2011.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá sua vigência a partir da data da assinatura até 31 de dezembro de 2011.

TERMO DE COOPERAÇÃO N° 022/2011

SIGNATÁRIOS: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins/ Ruraltins - Olímpio Mascarenhas dos Reis e o Município de Sandolândia –TO –Adalberto Leme de Andrade.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a realização de ações conjuntas, mediante a conjugação de esforços dos partícipes para a execução de um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à melhoria das condições econômicas e sociais dos agricultores familiares e o desenvolvimento rural do município, observadas as diretrizes dos governos Federal, Estadual e Municipal.

DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2011.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá sua vigência a partir da data da assinatura até 31 de dezembro de 2012.

DEFENSORIA PÚBLICA

Defensor Público-Geral: MARCELLO TOMAZ DE SOUZA

ATO N° 050, DE 25 DE MARÇO DE 2011.

Republicado por incorreção

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º, inciso V, da Lei Complementar Estadual 055, de 27 de maio de 2009, de acordo com a tabela II, do anexo único, resolve:

NOMEAR

ITALA GRACIELLA LEAL DE OLIVEIRA, Defensora Pública de 1ª Classe, no cargo em comissão de Coordenadora do Núcleo de Conciliação de Paraíso do Tocantins.

Este Ato entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 25/03/2011.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos vinte e cinco dias do mês de março de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA

Defensor Público Geral

PORTARIA N° 113, DE 02 DE MARÇO DE 2011.

Republicado por incorreção

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 055, de 27 de maio de 2009, considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública, RESOLVE:

DESIGNAR

Art. 1º A Defensora Pública de 1ª Classe CHÁRLITA TEIXEIRA DA FONSECA GUIMARÃES, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções pela Comarca de Figueirópolis, no período de 03/03/2011 a 01/04/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/03/2011.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos dois dias do mês de março de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA

Defensor Público Geral

PORTARIA Nº150, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Republicada por incorreção

PUBLICADA DOE Nº 3.358, 08 DE ABRIL DE 2011

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual 055, de 27 de maio de 2009, considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento para a prática de atos de gestão administrativa e financeira da Instituição, resolve:

REVOGAR

A Portaria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, conforme especificações abaixo:

Portaria Nº114, de 02 de março de 2011, a partir de 02 de março de 2011.
Publicada no DOE Nº 3.337 de 09 de março de 2011.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos vinte dois dias do mês de março de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA
Defensor Público Geral

PORTARIA Nº 198, DE 11 DE ABRIL DE 2011.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual 055, de 27 de maio de 2009,

considerando que incumbe ao Defensor Público Geral a prática de atos de gestão administrativa e financeira da Instituição;

considerando a regulamentação da concessão das indenizações consoante previsão contida no Ato Nº 038, de 16 de julho de 2009, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º A Defensora Pública de Classe Especial, SUELI MOLEIRO, para substituir, no período de 1º/04/2011 a 11/04/2011, sem prejuízo de suas funções, a Defensora Pública de Classe Especial, LEILAMAR MAURÍLIO DE OLIVEIRA DUARTE, em razão de licença médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de 1º de abril de 2011.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos onze dias do mês de abril de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA
Defensor Público Geral

PORTARIA Nº 204, DE 11 DE ABRIL DE 2011.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual 055, de 27 de maio de 2009,

considerando que incumbe ao Defensor Público Geral a prática de atos de gestão administrativa e financeira da Instituição;

considerando a regulamentação da concessão das indenizações consoante previsão contida no Ato Nº 038, de 16 de julho de 2009, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º A Defensora Pública de 1ª Classe, DANIELA MARQUES DO AMARAL, para substituir, sem prejuízo de suas funções, o Defensor Público de 2ª Classe, FABRÍCIO DIAS BRAGA DE SOUSA, em suas atribuições na Defensoria Pública de Novo Acordo, em razão de férias legais concedidas por meio da Portaria nº 140/2011, referente ao exercício 2011/1, no período de 11/04/2011 a 10/05/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/04/2011.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos onze dias do mês de abril de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA
Defensor Público Geral

PORTARIA Nº 205, DE 11 DE ABRIL DE 2011.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual 055, de 27 de maio de 2009,

considerando que incumbe ao Defensor Público Geral a prática de atos de gestão administrativa e financeira da Instituição;

considerando a regulamentação da concessão das indenizações consoante previsão contida no Ato Nº 038, de 16 de julho de 2009, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º A Defensora Pública de 1ª Classe, FABIANA RAZERA GONÇALVES, para substituir, sem prejuízo de suas funções, a Defensora Pública de 2ª Classe, DENISE SOUZA LEITE, em suas atribuições na Defensoria Pública de Palmas, em razão de férias legais concedidas por meio da Portaria nº 140/2011, referente ao exercício 2011/1, no período de 04/04/2011 a 03/05/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/04/2011.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos onze dias do mês de abril de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA
Defensor Público Geral

PORTARIA Nº 206, DE 12 DE ABRIL DE 2011.

O DEFENSOR PÚBLICO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual 055, de 27 de maio de 2009, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inciso III, c/c art.67 da Lei no 8.666/93, e a Instrução Normativa TCE-TO Nº. 02/2008, de 07/05/2008.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os seguintes servidores e respectivos substitutos em caso de impedimentos e afastamentos legais do titular para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, do contrato elencado a seguir:

Número do Contrato	Números do Processo	Fiscal do Contrato	Fiscal Substituto	Contratado e Objeto do Contrato
350/2011	2011.4901.000086	Maria de Fátima Aires de Asevedo, matrícula 886481-1	Rogério Liria Bertini, Matrícula 886475-6	Firmado com o Srº Cairo Roberto Carneiro referente à locação do imóvel em Palmas/Taquaralto- TO.
355/2011	2011.4901.000133	Diego Gomes Carvalho Nardes Matrícula 886549-3	Dagmar Coelho Moreira Matrícula: 849491-6	Aquisição de material e serviços gráficos Ref. Carona na Ata de Registro de Preço nº. 006/2010/SEDUC. Empresa: Exata Copiadora Editora e Assistência Técnica Ltda – ME.

Art. 2º – São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II – Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Coordenadoria de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III – Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Área de Contratos e Convênios para ciência e apreciação das providências;

IV – Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V – Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Coordenadoria de Contratos e Convênios para as devidas providências;

VI – Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII – Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII – Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX – Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X – Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Defensor Público Geral, em Palmas, aos 12 dias do mês de abril de 2011.

MARCELLO TOMAZ DE SOUZA
Defensor Público Geral

EDITAL Nº 002/2010

A COMISSÃO ELEITORAL da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, constituída pela Resolução-CSDP nº 070, de 23 de março de 2011, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que transcorreu *in albis* o prazo destinado à interposição de impugnações ao deferimento do registro da candidatura do Defensor Público, FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS, ao pleito eleitoral para escolha de membro do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, para o biênio 2011/2013.

PUBLIQUE-SE.

DADO e PASSADO nesta cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos onze (11) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e onze (2011).

TATIANA BOREL LUCINDO
Presidente da Comissão Eleitoral

MAURINA JÁCOME DE SIQUEIRA
Membro

DENIZE SOUZA LEITE
Membro

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO: 002

CONTRATO Nº: 0014/2009

PROCESSO Nº: 2009.4901.000079

CONTRATANTE: Defensoria Pública do Estado do Tocantins

CONTRATADO: Alexandrina Godois Freire Silva

OBJETO: Prorrogação do contrato de locação do imóvel em Aurora / TO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.091.0127.2433

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36

VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: 24 de abril de 2011 a 24 de abril de 2012

DATA DA ASSINATURA: 24 de março de 2011

SIGNATÁRIOS: Marcello Tomaz de Souza – Defensor Público Geral
Alexandrina Godois Freire Silva – Proprietária do imóvel

EXTRATO DE CONTRATO

Republicado por incorreção

CONTRATO Nº: 263/2011

PROCESSO Nº: 2011.4901.000059

MODALIDADE: Dispensa.

LOCATÁRIO: Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

LOCADOR: Chrystiana A. Guerra-ME.

OBJETO: Locação do imóvel urbano em Natividade –TO.

ELEMENTO DE DESPESA/CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39 / 03.091.0127.2433

VALOR: 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Vigência: 21/02/2011 a 21/02/2013

DATA DA ASSINATURA: 16 de fevereiro de 2011

SIGNATÁRIOS: Marcello Tomaz de Souza – Defensor Público Geral- Locatário Chrystiana A. Guerra-ME - Locador

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral: CLENAV RENAUT DE MELO PEREIRA

ATO Nº 046/2011

Declara ponto facultativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE

DECLARAR facultativo o ponto no âmbito deste Ministério Público Estadual no dia 20 de abril de 2011 (quarta-feira).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2011.

CLENAV RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 310/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e Arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar as servidoras nominadas para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectiva substituta, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal de Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto do Contrato
ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS Matrícula nº 109110	DANIELA DE ULISSSEA LEAL SOARES Matrícula nº 99410	Nº 008/2011	Contratação de serviços de arte finalista e diagramação de produtos gráficos, compreendendo: criação e desenvolvimento de arte final de impressos e mídias eletrônicas, produzidos pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, tais como: informativo interno semanal, periódicos voltados ao público externo, relatório de gestão, folders, cartazes, banners, banner eletrônico, convite oficial, entre outros; bem como planejamento dos serviços de pré-imprensa gráfica e editorial de textos e imagens, conforme as especificações técnicas e forma de execução estabelecida no Termo de Referência e na Proposta Comercial da contratada, constante no Processo Administrativo nº 2011/0701/000087

Art. 2º – São atribuições do Fiscal:

I – Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II – Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III – Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar através de relatório à Área de Contratos e Convênios para ciência e apreciação das providências;

IV – Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V – Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as devidas providências;

VI – Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII – Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII – Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX – Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X – Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no Art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º – Fica designado o Chefe do Departamento Administrativo como o Supervisor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 320/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – REVOGAR a Portaria nº 387, de 1º de julho de 2010 que estabeleceu lotação à servidora ADRINA CORDEIRO DE FREITAS NETA, Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Jurídicas, matrícula nº 68407, originalmente na Sede das Promotorias de Justiça de Colinas e provisoriamente na Procuradoria Geral de Justiça da Capital.

II – ESTABELECER lotação à servidora ADRINA CORDEIRO DE FREITAS NETA, na 2º Promotoria de Justiça de Tocantinópolis, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2010.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 321/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, inciso V, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, combinado com o artigo 2º, § 1º, inciso I, e § 2º, ambos da Lei Nº 1.878, de 21 de dezembro de 2007, a qual estabeleceu alterações à Lei 1.651, de 29 de dezembro de 2005, que trata da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, resolve:

NOMEAR o servidor RAFAEL CÉSAR JÁCOME ALVES DE LIMA, Técnico Ministerial, Especialidade: Assistente Administrativo, matrícula nº 90308, para provimento da Função de Confiança: Assistente de Gabinete de Procurador de Justiça – Símbolo FC 2, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2011.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 322/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – REVOGAR a Portaria nº 1179, de 12 de novembro de 2008, na parte que estabeleceu lotação ao servidor RAFAEL CÉSAR JÁCOME ALVES DE LIMA, Técnico Ministerial – Especialidade: Assistente Administrativo, matrícula nº 90308, no Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOP-DC (DPVAT).

II – DESIGNAR para desempenhar suas funções na 12ª Procuradoria de Justiça da Capital, a partir de 06 de abril de 2011.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 323/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando a interrupção das férias da servidora Maria das Neves Menezes de Souza, através da Portaria nº 021, de 06 de abril de 2011, da Diretoria Geral desta Instituição;

RESOLVE

ALTERAR, o período de substituição determinado pela Portaria nº 143, de 16 de fevereiro de 2011, que designou a servidora MARIA CÉLIA DE QUEIROZ E SILVA, para, exercer o cargo de Chefe de Cartório, durante o afastamento da titular do cargo MARIA DAS NEVES MENEZES DE SOUZA, de 03 de março a 19 de abril de 2011, para a data de 03 de março a 07 de abril de 2011.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 324/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e Arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal de Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto do Contrato
ALBERTO NERI DE MELO Matrícula nº 97809	PEDRO AUGUSTO FERREIRA VIANA Matrícula nº 92208	Nº 009/2011	O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa especializada em Engenharia para execução da obra da caixa em alvenaria e concreto armado com fornecimento e instalação de elevador no prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça em Palmas-TO, sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificações constantes nos Anexos, partes integrantes da Concorrência nº 002/2010 e na proposta da Contratada.

Art. 2º – São atribuições do Fiscal:

I – Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no contrato;

II – Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;

III – Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar através de relatório à Área de Contratos e Convênios para ciência e apreciação das providências;

IV – Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V – Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as devidas providências;

VI – Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII – Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII – Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX – Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X – Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no Art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º – Fica designado o Chefe do Departamento Administrativo como o Supervisor do referido contrato, com atribuições para as decisões que competem ao cargo de chefia.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 326/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – REVOGAR a partir desta data, a Portaria nº 267, de 22 de março de 2011 na parte que estabeleceu lotação à servidora LUMA GOMIDES DE SOUZA, Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Jurídicas, na Sede das Promotorias de Justiça de Gurupi.

II – ESTABELECER lotação à servidora LUMA GOMIDES DE SOUZA, Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Jurídicas, na Promotoria de Justiça de Figueirópolis, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 327/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, da Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE

ESTABELECER lotação ao servidor HENRIQUE JOSÉ DE OLIVEIRA MATOS, Analista Ministerial - Especialidade: Ciências Jurídicas, na 21ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 08 de abril de 2011.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA Nº 328/2011

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

DESIGNAR o Promotor de Justiça DELVEAUX VIEIRA PRUDENTE JÚNIOR, para atuar perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na sessão ordinária de julgamento da 2ª Câmara Criminal, no dia 12 de abril de 2011.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 12 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2010.0701.000368

Assunto: Revoga licença para tratar de assuntos particulares
Interessada: HENRIQUE JOSÉ DE OLIVEIRA MATOS

DESPACHO Nº 311/2011 – Revogo, a pedido, a partir de 08 de abril, o Despacho nº 1158/2010 que concedeu, pelo prazo de 01 (um) ano, licença ao servidor HENRIQUE JOSÉ DE OLIVEIRA MATOS, Analista Ministerial – Especialidade: Ciências Jurídicas, matrícula nº 72907, para tratar de assuntos particulares.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

TERMO DE EXERCÍCIO

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e considerando a Remoção por Antiguidade do Promotor de Justiça LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA, ao cargo de 1º Promotor de Justiça de Dianópolis - TO (ATO Nº 021/2011), defere-lhe o exercício, para todos os efeitos legais, determinando que seja consignado em seus assentamentos funcionais a data de 04 de março de 2011, como termo inicial de assunção ao cargo.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de fevereiro de 2011.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

RESOLUÇÃO nº 001/2011/CPJ

Institui e regulamenta a concessão de auxílio-creche aos servidores, em exercício, do Ministério Público do Estado do Tocantins, nos termos da presente resolução.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, neste ato representado por seu Presidente, o Procurador Geral de Justiça, que, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, inciso VIII, alínea "b", e inciso XII, alíneas "b" e "i", da Lei Complementar nº. 51/2008, tendo em vista a deliberação tomada na sua 55ª Sessão Extraordinária, ocorrida em 11.04.2011; e

Considerando que o auxílio-creche é um direito social consagrado no artigo 7º, inciso XXV, da Constituição Federal, ao garantir aos trabalhadores a assistência gratuita aos filhos e dependentes em creche e pré-escola;

Considerando que o presente benefício, igualmente, assegura a assistência constitucionalmente prevista aos filhos e dependentes dos servidores, nos termos do artigo 208, inciso IV, da Carta da República;

Considerando as disposições da Lei nº 11.114/2005, que alterou os artigos 6º, 30, 32 e 87, da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos 6 (seis) anos de idade;

Considerando a Lei nº 11.274/2006, que alterou a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87, da Lei nº 9.394/96, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir de 6 (seis) anos de idade;

Considerando a necessidade de estabelecer normas para a concessão de auxílio-creche, promovendo a valorização profissional do servidor do Ministério Público;

Considerando o artigo 45, inciso II, parágrafo único, da Lei nº 1.818/2007, que regula que, além do subsídio ou da remuneração, podem ser pagos ao servidor auxílios pecuniários que não serão incorporados e não servirão de base de cálculo para vantagens ou benefícios funcionais ou previdenciários;

Considerando que o estudo de impacto orçamentário e de disponibilidade financeira autorizam a concessão do benefício, auxílio-creche, na rubrica relativa a custeio, a partir do mês de maio do corrente ano,

RESOLVE

Artigo 1º – O auxílio-creche tem por objetivo custear parte das despesas dos servidores com dependentes menores de 6 (seis) anos de idade, matriculados em creche, pré-escola ou sob os cuidados de profissional contratado para fins de zelo da(s) criança(s).

Artigo 2º – Terá direito ao benefício do auxílio-creche, no valor de R\$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais), o servidor, em exercício:

I – Com filhos e/ou dependentes sob guarda ou tutela menores de 6 (seis) anos de idade;

II – Com filhos e/ou dependente portadores de necessidades especiais, sem limite de idade.

Parágrafo 1º – Sendo pai e mãe servidores do Ministério Públco o benefício será pago somente a um dos responsáveis, indicado por ambos;

Parágrafo 2º – O benefício será creditado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência.

Artigo 3º – O servidor interessado deverá preencher o formulário padrão, para cada filho, instruindo o requerimento, com os seguintes documentos:

I – Certidão de Nascimento do filho;

II – Comprovante de dependência financeira nos casos de guarda ou tutela;

III – Na hipótese do inciso II, do artigo 2º, a comprovação deverá ser feita por laudo médico.

Parágrafo Único – É dever funcional do servidor comunicar, por escrito, ao órgão de pessoal, a ocorrência de quaisquer alterações referentes ao disposto neste artigo.

Artigo 4º – O servidor casado com cônjuge que exerce cargo e/ou função pública em outro órgão público deverá, no ato do requerimento, declarar que não usufrui benefício semelhante.

Parágrafo Único – As declarações contidas no requerimento, caso inverídicas, gerará a adoção de medidas para a responsabilização civil, penal e administrativa.

Artigo 5º – Não terá direito ao auxílio-creche o servidor deste Ministério Públco;

- I – À disposição em outro órgão público;
- II – Em gozo de licença não-remunerada;
- III – Que possua cônjuge ou companheiro percebendo benefício igual ou similar de outro órgão ou entidade pública;
- IV – Com filhos e/ou dependentes que estejam matriculados, durante o expediente de serviço, em creche ou pré-escola mantida financeira e integralmente pelo Poder Público.

Artigo 6º – O Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento será responsável pela execução, administração e fiscalização quanto ao preenchimento dos requisitos pelo servidor para o pagamento do benefício.

Artigo 7º – Quando o dependente do servidor atingir a idade limite, cessar deficiência ou ocorrer as hipóteses descritas no artigo 5º, o benefício será automaticamente cancelado, cabendo ao Departamento de Pessoal a respectiva providência.

Artigo 8º – O benefício ora instituído tem natureza indenizatória, o que afasta a incidência do imposto de renda e em nenhuma hipótese será incorporado a proventos de aposentadoria.

Artigo 9º – As despesas decorrentes deste ato correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, em especial na verba de custeio.

Artigo 10 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Geral de Justiça.

Artigo 11 – Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, e seus efeitos financeiros iniciarão em 1º de maio de 2011.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palmas, 11 de abril de 2011.

Clenan Renaut de Melo Pereira
Procurador Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ANEXO I

REQUERIMENTO DO AUXÍLIO-CRECHE – RESOLUÇÃO N° 001/2011		
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
Nome	MATRÍCULA	
CARGO	LOTAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO FILHO/DEPENDENTE		
Nome	NASCIMENTO	TIPO
DECLARAÇÃO		
Declaro, sob as penas da lei, que:		
<ul style="list-style-type: none"> - Meu filho e/ou dependente não está matriculado, durante expediente de serviço, em creche e/ou pré-escola mantida financeira e integralmente pelo Poder Público; - Meu cônjuge ou companheiro não percebe benefício igual ou similar de outro órgão ou entidade do Estado; - Meu filho ou dependente não está matriculado na 1ª série do primeiro grau; 		
Comprometo-me a comunicar, por escrito, ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, quaisquer alterações que impeçam o recebimento do referido auxílio, conforme o disposto no artigo 5º, Incisos I, II, III e IV, da Resolução n° 001/2011, que dispõe:		
<p>Artigo 5º – Não fará jus ao auxílio-creche o servidor deste Ministério Público:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – À disposição em outro órgão público; II – Em gozo de licença não-remunerada; III – Que possua cônjuge ou companheiro percebendo benefício igual ou similar de outro órgão ou entidade Pública; IV – Com filhos e/ou dependentes que estejam matriculados, durante o expediente de serviço, em creche ou pré-escola mantidas financeira e integralmente pelo Poder Público. 		
Se cônjuge é servidor(a) do MP, indicar o nome e o responsável pelo recebimento do benefício.		<input type="text"/> Nome: <input type="text"/> Responsável:
LOCAL E DATA		ASSINATURA DO SERVIDOR
PARA USO EXCLUSIVO DA DRHFP		PARA USO EXCLUSIVO DO DIRETOR GERAL
De Acordo: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> DEFIRO <input type="checkbox"/> INDEFIRO
DATA	ASSINATURA DO CHEFE DO DRHFP	
DATA	ASSINATURA DO DIRETOR GERAL	

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Conselheiro SEVERIANO JOSÉ C. DE AGUIAR

EDITAL DE CITAÇÃO N. 019/2011/RELT3-CODIL

Processo nº 1740/2008 e apenso 5887/2008 Assunto: Prestação de Contas de Ordenador de Despesas referente ao exercício de 2007 - Entidade: Câmara Municipal de Formoso do Araguaia. Nos termos do Despacho nº 108/2011, fls. 233/235, em atenção ao artigo 204 parágrafo único, combinado com o artigo 205, Inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, com nova redação dada pela Resolução Normativa nº 04 de 05.11.2003, fica, pelo presente Edital, CITADA a Senhora SÔNIA MARIA CORREIA DE SOUZA – Ex-Vereadora, a comparecer à Coordenadoria de Diligências deste Tribunal, situado na Avenida Teotônio Segurado – ACSU – NE 10 – Conjunto 01 – Lotes 01 e 02 – Palmas -TO, no horário das 12h às 18h dentro de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste Edital, para apresentar sua defesa em relação aos autos acima mencionados, alertando que a ausência de manifestação Implicará em tornarem-se verdadeiros os fatos conforme constam nos autos, sujeitando-se o responsável às sanções previstas em lei e no Regimento Interno deste Tribunal. Palmas, capital do Estado do Tocantins, aos 11 dias do mês de abril de 2011, Coordenadoria de Diligências do Tribunal de Contas do Estado. Eu, Shirley da Cruz Mousinho Santana, Coordenadora, digitei e conferi.

Cons. Manoel Pires dos Santos
Relator

PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado do Tocantins, torna público que fará realizar na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, a Rua 25 de dezembro nº 265 -Sala 13, CEP 77804-030 - Araguaína/TO.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2011. Abertura dia 02/05/2011, às 08:30 horas visando a aquisição de equipamentos de informática para a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Araguaína.

Edital e maiores informações se encontram à disposição na Comissão Permanente de Licitação através dos telefones 3411-7015/3411 – 7017, pelo e-mail: pmalicitacao@yahoo.com.br e pelo site www.araguaina.to.gov.br, durante horário de expediente.

Araguaína –TO, 12 de Abril de 2011.

FÉLIX VALUAR DE SOUSA BARROS
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado do Tocantins, torna público que fará realizar na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, a Rua 25 de dezembro nº 265 - Sala 13, CEP 77804-030 - Araguaína/TO.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2011. Abertura dia 02/05/2011, às 14:30 horas visando a aquisição de veículo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Araguaína.

Edital e maiores informações se encontram à disposição na Comissão Permanente de Licitação através dos telefones 3411-7015/3411 – 7017, pelo e-mail: pmalicitacao@yahoo.com.br e pelo site www.araguaina.to.gov.br, durante horário de expediente.

Araguaína –TO, 12 de Abril de 2011.

FÉLIX VALUAR DE SOUSA BARROS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

**COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSO PÚBLICO
I CONCURSO PÚBLICO
(EDITAL N° 001/2011)**

AVISO DE EDITAL

A Comissão Organizadora do I Concurso Público do Poder Legislativo, instituída pela Portaria nº 006/2011, de 19 de janeiro de 2011 e reconstituída através da Portaria nº 027/2011, de 30 de março de 2011, do Presidente da Câmara Municipal de Araguatins, torna público, para conhecimento dos interessados que estarão abertas durante o período de 18 de abril a 17 de maio de 2011, via internet, no endereço www.idescassessoria.org.br, no horário compreendido entre as 08h00min do dia 18 de abril de 2011 às 24h00min do dia 17 de maio de 2011, as inscrições ao I CONCURSO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO, que será patrocinado pelo IDESC Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania, destinado a seleção de 09 (nove) vagas em cargos de provimento efetivo, nos termos do Edital que se encontra afixado no Placard da Câmara Municipal de Araguatins, Estado do Tocantins.

Araguatins-TO, 13 de abril de 2011.

Luzinha Almeida de Moraes
Presidente

Victor Fernandes Borges
Secretário

Romulo Sousa Ferreira
Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA

**AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÓES – 003 E 004 / 2011**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Fátima – TO, Torna público que por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito foi CANCELADOS os Pregões Presenciais nºs 003 e 004 / 2011, os quais tem como objetos a Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza, destinados a atenderem as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Fátima – TO.

Paulo Sérgio Alves de Assis
Pregoeiro
Decreto nº 003/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI

**AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2011
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GURUPI, por intermédio do Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Gurupi, TORNA PÚBLICO a REPUBLICAÇÃO que da presente licitação cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a Secretaria Municipal de Saúde de Gurupi, de acordo com as condições e especificações constantes no Edital do Pregão Presencial n. 004/2011-SRP – REPUBLICAÇÃO e anexos.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 263/2011.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial – Menor preço, por Item. ABERTURA: 29(vinte e nove) de abril de 2011 às 08h (oito horas) horário local ENTREGA DOS ENVELOPES: Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal, na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, com sede no prédio da Prefeitura Municipal de Gurupi, localizado na Rua 14 de novembro, nº 1.500, Centro, CEP: 77405-070, Gurupi/TO.

LEGISLAÇÃO: Leis nºs. 10.520 de 2002 e 8.666 de 1993 e demais legislações pertinentes e suas atualizações.

EDITAL: O Edital e anexos poderão ser requeridos das 8h às 12h, junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, na Sala de Licitações.

Gurupi/TO, 13 de abril de 2011.

ADÃO GOMES BASTOS
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO

EXTRATO DE CONTRATO N° 090/2010

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MONTE DO CARMO, Estado do Tocantins, C.G.C/MF N° CNPJ N° 01.067.891/0001-66, representado por seu Prefeito em exercício, GILVANE PEREIRA AMARAL, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Monte do Carmo, e de outro lado como CONTRATADA Empresa Meka Construtora Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Recife, s/n, Qd20, Lt 16, Novo Planalto Porto Nacional – TO, CNPJ 07.344.501/0001-34, Fundamento Legal: Licitação, Lei nº. 8.666/93, Modalidade: Tomada de Preço nº 002/2010. OBJETO: Contratação de Empresa para executar serviços de 10.288,04, pavimentação asfáltica em ruas e avenidas do município de Monte do Carmo/TO, de acordo com especificações contidas na Tomada de Preço n. 002/2010 e seus anexos. Assinatura: 23 de agosto de 2010. Recursos Financeiros: Federais com contra-partida do município e correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias: 15.451.1836.1.030. Valor do Contrato: de R\$ 412.371,14 (quatrocentos e doze mil, trezentos e setenta e um reais e quatorze centavos).

MONTE DO CARMO, 23 de agosto de 2010.

GILVANE PEREIRA AMARAL
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2011

CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE MONTE DO CARMO, Estado do Tocantins, CNPJ N° 01.067.891/0001-66, representado por seu Prefeito em exercício, GILVANE PEREIRA AMARAL, brasileiro, casado, portador do CPF nº 597.232.381-87 e RG nº 1977.932 SSP/GO residente e domiciliado em Monte do Carmo, abaixo assinado, e de outro lado como, a CONTRATADA a Empresa ANDRADE RIBEIRO TRANSPORTE LTDA ME, CNPJ nº 06.210.263/0001-01, com endereço à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 702, Letra A, Qd. 41, Lt. 06, St. Alexandre Pinto, Carmo do Rio Verde/GO, por seu representante abaixo, Sr. Eduardo Ribeiro Neto, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 715.211.191-04, residente e domiciliado à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 702, Letra A, Qd. 41, Lt. 06, St. Alexandre Pinto, Carmo do Rio Verde/GO, Fundamento Legal: Licitação, Lei nº. 8.666/93, Modalidade: Carta Convite nº 007/2011. OBJETO: Contratação de Serviços de Construção da Quadra de Poliesportiva de Monte do Carmo/TO. Assinatura: 08.04.2011. Recursos Financeiros: do Contrato de Repasse nº 0264102/98 firmado com o ME/ ESPORTE E LAZER NA CIDADE, e correrão a conta da Dotação Orçamentária nº 27.812.2043.1.041, Elemento de Despesa 4.4.90.51. Valor do Contrato: de R\$ 104.666,39 (cento e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos).

MONTE DO CARMO, 08 de abril de 2011.

GILVANE PEREIRA AMARAL
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS

DECRETO N°. 330/2011, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, amparado no Art.68, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º-) Fica exonerado do cargo da função de Medico, a pedido o Sr. RENATO COSTA FRANCO JUNIOR, matrícula nº. 864, MEDICO.

Art. 2º) Este decreto entrara em vigor à partir do dia, 01 de abril de 2011.

Palácio das Palmeiras, Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, aos vinte e oito (28) dias do mês de Março de 2011.

Enoque Souza Alves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 340/2011, DE 08 DE ABRIL DE 2011.

O Prefeito Municipal de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, considerando a aprovação de candidatos nº. 4º Concurso Público realizado em 26 de setembro de 2010, bem assim, a necessidade da administração,

Considerando o pedido de exoneração de um servidor da Função de Medico conforme decreto nº. 330/2011 e à necessidade da composição do quadro efetivo necessário à administração.

DECRETA

Art. (1º) Fica convocado o candidato MARIO JOSE ROMÃO aprovado no 4º Concurso Público, para tomar posse no cargo de medico no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º) Fica o Secretario Geral de Administração autorizado a promover a posse do convocado.

Art. 3º) O convocado deverá no ato da posse, provar o preenchimento dos requisitos do item 7.2 do Edital 01 do concurso, bem como, apresentar a documentação exigida no item 8.1 do mesmo.

Art. 4º) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Palácio das Palmeiras, Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, aos oitos (08) dias do mês de Abril de 2011.

Enoque Souza Alves
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2011**
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2011
TIPO: MAIOR LANCE

A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE, Estado do Tocantins, em conformidade com os dispositivos legais da Lei Federal 8.666/93, com modificações posteriores, vem através de seu Presidente e da Comissão Permanente de Licitação, tornar público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar no dia 28 de abril de 2011 (28/04/2011), às 15:00 horas, no salão da Câmara Municipal de Peixe-TO, situada na Avenida João Visconde de Queiroz, s/nº, Centro – Peixe/TO, LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2011, TIPO: MAIOR LANCE, através de Leiloeiro designado, conforme Art.53 da Lei 8.666/93, do bem abaixo especificado. O Edital poderá ser adquirido na Secretaria da Câmara, no período de 15 a 26 de abril de 2011, no horário das 12:00 às 18:00 horas. Maiores informações encontram-se a disposição na sede da Câmara Municipal e no fone (63) 3356-1131 durante o expediente.

1- DO OBJETO:

1.1- É objeto de Leilão previsto neste Edital o bem do patrimônio abaixo descrito, que não está sendo utilizado conforme as leis que regem uso dos bens públicos, e com sua alienação visa economia aos cofres do órgão.

LOTE 01: Um (01) veículo VW Gol City 1.0 MI BV – GIII – CHASSI 9BWCA05W47T062281 PLACA MWF 9209 Ano 2006 Modelo 2007, cor Branca c/ 4 portas, Gasolina e Álcool. Estado de conservação regular, avaliado em R\$ 11.280,00 (onze mil e duzentos e oitenta reais).

Peixe - Tocantins, 12 de abril de 2011.

Joana Pereira da Cruz Rodrigues
Presidenta da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM**EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO
DE EQUIPAMENTOS Nº: 01**

DISTRATADA: C R BANDEIRA LABRE E CIA LTDA

CONTRATO: 49/2010

OBJETO: Distrato do Contrato no valor de R\$ 20.992,45 (vinte mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos), datado de 19 de março de 2010 para fornecimento dos equipamentos relativos aos itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 do Anexo I – especificações contidas na proposta e no Anexo I do Edital de Licitação da Carta Convite Nº 020/2010. DATA: 24/02/2011.

Pium, 24 de fevereiro de 2011.

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2011

O Município de Pium, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que no dia 28 de abril de 2011, às 09 horas, junto à Prefeitura Municipal, na modalidade Tomada de Preço Menor Preço por Item, estará recebendo documentação e proposta para a contratação de profissionais para a prestação de serviços médicos clínico geral para atuação no programa PSF e realização de Plantões Médicos no H.P.P (Hospital de Pequeno Porte) de Pium, em sessão pública da Comissão de Licitação. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal de Pium-TO, sito a Avenida Diógenes de Brito, 01, Setor Alto da Boa Vista, e ou pelo Fone 63 3368-1228/1195 em horário de expediente.

Pium - TO, 11 de abril de 2011.

Antonio Carlos Almeida Teixeira
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPAS**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de TAIPAS - TO, inscrita no CNPJ 33.261.694/0001-70, torna público que requereu, junto ao Instituto de Natureza do Tocantins, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para atividade obra civil linear, recuperação e implantação de estrada vicinal; pavimentação asfáltica; mineração, extração de cascalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPIRAMA**Lei nº 97/2011. Tupirama – TO, 11 de abril de 2011.**

“Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 91 de 14 de dezembro de 2010, que modificou o Fundo Municipal de Saúde, que passa a vigorar com nova redação, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUPIRAMA, Estado do Tocantins, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE TUPIRAMA, Estado do Tocantins, aprovou e Eu em seu nome sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I**SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde do Município de Tupirama, Estado do Tocantins, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento da saúde da população, executadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I – O atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II – a vigilância sanitária;

III – a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;

IV – controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

**SEÇÃO II
DA VINCULAÇÃO DO FUNDO**

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Saúde e terá uma coordenação definida pelo Prefeito Municipal.

**CAPITULO II
DAS ATRIBUIÇÕES****SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES DÓ PREFEITO MUNICIPAL**

Art. 3º - São atribuições do Prefeito Municipal:

I – nomear o coordenador do Fundo Municipal de Saúde;

II – delegar a função de assinar cheques ao Secretário (a) Municipal de Saúde juntamente com o responsável pela tesouraria.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - São atribuições do Secretário (a) Municipal de Saúde;

I – gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer política de aplicações dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II – acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III – submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

V – encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VI – subdelegar competências aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a rede municipal;

VII – assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII – ordenar empenhar e pagamentos de despesas do Fundo;

IX – firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

CAPITULO III

SEÇÃO I DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art. 5º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

I – preparar as demonstrações da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II – manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

III – manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo.

IV – encaminhar à contabilidade geral do Município;

a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b) trimestralmente, os investimentos e estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;

c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo.

V – firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI – preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidas ao Secretário (a) Municipal de Saúde;

VII – providenciar, junto à contabilidade do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômica - financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII – apresentar, ao Secretário (a) Municipal de Saúde, a análise e a avaliação da situação econômica - financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX – manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;

X – manter o controle e a avaliação da produção da unidade integrantes da rede municipal de saúde;

XI - encaminhar mensalmente, ao Secretário (a) Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede municipal de saúde.

SEÇÃO II DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 6º - São receitas do Fundo:

I - as transferências oriundas do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento próprio municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal e Emenda Constitucional nº 29/2000.

II - alienações patrimoniais e os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III – o produto de convênios firmados com outras entidades financeiradoras;

IV - o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI – doações em espécies feitas diretamente para este Fundo.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II – de prévia aprovação do Diretor do Departamento Municipal de Saúde.

§ 3º - As liberações de receitas por parte do Município, conforme estipulado nos incisos IV e V deste artigo serão realizadas no máximo no 10º (décimo) dia útil do mês seguinte aquele e que se efetivaram as respectivas arrecadações.

SEÇÃO III DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 7º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I - disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especificadas;

II – direitos que porventura vierem a construir;

III – bem móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município;

IV – bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados ao sistema de Saúde;

V – bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município;

Parágrafo único – Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SEÇÃO IV DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 8º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde.

**CAPITULO IV
DO ORÇAMENTO DA CONTABILIDADE****SEÇÃO I
DO ORÇAMENTO**

Art. 9º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e os programas de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

**SEÇÃO II
DA CONTABILIDADE**

Art. 10 – A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 11 – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos de serviços e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar os resultados obtidos.

Art. 12 – A escrituração contábil será pelo método das partidas dobradas.

§ 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gastos, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.

§ 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

**CAPITULO V
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****SEÇÃO I
DA DÉSPESA**

Art. 13 – Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema municipal de saúde.

Parágrafo único – As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.

Art. 14 – Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único – Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do executivo.

Art. 15 – A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I – financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela secretaria ou com ela conveniados;

II – pagamento de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no art. 1º da presente Lei;

III – pagamento pela prestação de serviços e entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de saúde, observado o disposto no parágrafo 1º, do Art. 199 da Constituição Federal;

IV – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde e dos conselheiros de saúde;

VIII – atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente Lei.

**SEÇÃO II
DAS RECEITAS**

Art. 16 – A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 17 - O FMS terá vigência ilimitada e, para a sua efetivação e concretização de ações, o chefe do Poder Executivo, poderá via decretos implementar os atos, quando necessários.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 19 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei Municipal nº 91 de 14 de dezembro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPIRAMA, ESTADO DO TOCANTINS, aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2011.

ORLEI BRITO ALVES
Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÕES
PARTICULARES****EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AVISO**

VILA BELA S/AAGROPASTORIL, Município de Nova Olinda, Estado do Tocantins, CNPJ n.º 03.483.609/0001-57. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AVISO: Pelo presente Edital, ficam convocados os senhores acionistas da VILA BELA S/A AGROPASTORIL, para reunirem-se em seu escritório de Administração, sito na Av. Goiás, n.º 400 7º andar, salas 75 a 79 Ed. Bradesco, Centro, Goiânia, Goiás, CEP: 74010-902, no dia 26 de Abril 2011, as 08:00 (oito) horas a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Ingressos de novos acionistas; b) Deliberar sobre a chamada de aporte de recursos para aumento de capital; c) Incorporação de adiantamentos para integralização de capital; d) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Goiânia (GO.) 11 de Abril de 2011.

ANDRE ALENCASTRO CURADO
DIRETOR PRESIDENTE

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Marcos Antônio M. de Moura, CPF 220.139.544-68, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a LICENÇA PRÉVIA, INSTALAÇÃO e OPERAÇÃO para a atividade-AGRICULTURA IRRIGADA, com endereço FAZENDA IPUCA DA ONÇA, Lagoa da Confusão/TO. O empreendimento se enquadra na resolução CONAMA n.º 237/97 e Resolução COEMA-TO nº 007/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

Entidade: APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAGUAÍNA
 Endereço: Rua F nº 95 Esquina C/Tocantins – Setor Rodoviário Araguaína/TO
 CNPJ: 00.767.202/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

I – CONTEXTO OPERACIONAL:

(1º) - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais ou, abreviadamente APAE de Araguaína, fundada em Assembleia realizada em 22 de Janeiro de 1.986 tem como objetivos sociais: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; Coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política das APAES do Estado e da Federação Nacional promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano; Atuar na definição da política Municipal de atendimento à pessoa portadora de deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional e da Federação das APAES do Estado, coordenando e fiscalizando sua execução; Articular junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa portadora de deficiência e com outras entidades no município, que defendam a causa da pessoa portadora de deficiência em qualquer de seus aspectos; Encarregar-se em âmbito Municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa portadora de deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas; Compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares Federais, Estaduais e Municipais, relativas à pessoa portadora de deficiência, promovendo a ação dos órgãos competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação; Promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa portadora de deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE; Promover e/ou estimular a realização de programas de atendimento à pessoa portadora de deficiência desde os de prevenção até os de amparo ao idoso; Estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o Conselho do Movimento Apaeano; Divulgar no Município as experiências Apaeanas; Prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela, na área específica de atendimento, àquelas que deles necessitarem; Desenvolver política de auto defensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

(1º) - Demonstração das Receitas Operacionais do Exercício

Receitas próprias:

- Receita de doações recebidas de pessoas físicas, pais e amigos	R\$ 61.183,00	
- Receitas de Oficinas Bazar e Estacionamento	R\$ 28.238,53	
- Receitas Administrativas de Locação de Instalações	R\$ 3.150,00	
- Receita de Aplicações Financeiras e Outras Recuperações	R\$ 430,00	93.001,53

Receitas de Subvenções Públicas:

Repasses Financeiros:		
- Repasse Financeiro Sia/Sus (Convênios)	R\$ 708.624,16	
- Repasse Financeiro PECT (Convênios)	R\$ 35,45	
- Repasse Financeiro SEDUC Assoc de Apoio (Convênios)	R\$ 98.861,55	
- Repasse Financeiro PNAE (Convênio)	R\$ 23.934,26	
- Repasse Financeiro PSE/AC (Convênio)	R\$ 191.851,90	
- Repasse Financeiro Co-Financ. (Convênio)	R\$ 16.023,30	1.039.330,62
TOTAL	R\$	1.132.332,15

(2º) - Demonstração dos custos e despesas aplicados na Gratuidade conf. Inciso VI, Art. 3º do Decreto 2.536/98

Educação:

- Despesa C/Pessoal	R\$ 122.279,73	
- Custo Escola	R\$ 240.505,82	362.785,55

Saúde:

- Despesa C/Pessoal	R\$ 21.144,67	
- Custo Centro Neurológico	R\$ 749.841,09	770.985,76
Administrativas		
- Pessoal	R\$ 11.850,40	
- Custo	R\$ 79.463,01	91.313,41
Total	R\$	1.225.084,72

(3º)- Apuração do resultado e percentuais das origens e aplicações conforme Demonstração do Resultado:

Receitas Incorridas na gratuidade	R\$ 1.132.332,15	(100,00%)
Aplicações na Gratuidade	R\$ 1.225.084,72	(108,20%)
Déficit do Exercício	R\$ (92.752,57)	(8,20%)

(4º) - Benefício das isenções no exercício

INSS

- A entidade goza de isenção da cota patronal do INSS, SAT e Terceiros cujo valor do benefício totalizou, s/folha de pagamento em 2010 R\$ 37.124,92

Demonstração do Cálculo do Benefício da Cota Patronal INSS em 2010

Folha de Pagamento Pessoal de Janeiro a Dezembro Inclusive 13º Salário

Salário Base	Empresa 20%	Terceiros 4,5%	SAT 1%	Total Patronal
Empregados 145.587,34	29.117,49	6.551,51	1.455,92	37.124,92
Total Isenção 145.587,34	29.117,49	6.551,51	1.455,92	37.124,92

COFINS

- A Entidade goza de Isenção da COFINS e suas receitas operacionais originaram de subvenções públicas e associados e para efeito do benefício em 2010 sobre a receita total de R\$ 1.131.902,15 à alíquota de 3% foi de R\$ 33.957,06

IRPJ

- A Entidade goza de Isenção do Imposto de Renda conforme Lei nº 9.532/97, Art. 15, § 3º, alterado pela Lei 9.718/98, Art. 10 e para efeito de benefício em 2010, não houve incidência por motivo de apuração de déficit no exercício.

CSLL

- A Entidade goza de Isenção da Contribuição Social e para efeito de benefício em 2010, não houve incidência por motivo de apuração de déficit no exercício.

(5º) - **Demonstração de Fluxos de Caixa - DFC (Modelo Indireto)**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
Superávit/Deficit Líquido do Exercício	R\$ -92.752,57	R\$ 106.705,17
Ajustes ao Superávit/Deficit:	0,00	0,00
(+) Depreciação	46.604,21	42.781,55
(-) Aumento Cheques sem Fundo	(120,00)	0,00
(+) Aumentos dos Fornecedores	0,00	0,00
(+) Aumento de Tributos a Pagar	15.880,78	(992,61)
(-) Diminuição de Outras contas a Pagar	0,00	587,32
Caixa Líquido Proveniente das atividades operacionais (1)	(30.387,58)	R\$ 149.081,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de venda de imobilizado	0,00	0,00
(-) Compra de bens para o Ativo Imobilizado	67.082,48	5.209,19
Caixa Líquido usado nas atividades de Investimentos (2)	(67.082,48)	(5.209,19)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Empréstimos obtidos	0,00	0,00
(+) Aumento de capital	0,00	0,00
(-) Pagamento de dividendos/lucros aos sócios	0,00	0,00
Caixa Líquido usado nas atividades de Financiamentos (3)	0,00	0,00
AUM/DIM LIQUIDO AO CAIXA/EQUIV.CAIXA (1+2+3)	143.872,24	143.872,24
Caixa e equivalente de caixa no início do período	290.808,97	146.936,73
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	193.338,91	290.808,97
Variação das contas Caixa/Equivalentes	-97.470,06	143.872,24

(6º) - **Demonstração do Valor Adicionado DVA**

DESCRIPÇÃO	2010	%	2009	%
1 – RECEITAS	R\$ xxxx	xxxx	R\$ xxxx	xxxx
1.1) Vendas de mercadorias	0,00	xxxx	0,00	xxxx
1.2) Repasses Subvenções Financeiras	1.039.329,6	2	1.101.533,4	4
1.3) Receitas Próprias da Atividade	92.572,53	xxxx	54.151,79	xxxx
2 – INSUMOS ADQURIDOS DE TERCEIROS				
2.1) Custos das mercadorias vendidas	0,00	xxxx	0,00	xxxx
2.2) Materiais e Serviços Consumidos	1.002.079,3	3	858.159,79	xxxx
2.3) (+) Recuperação de valores ativos	430,00	xxxx	2.251,70	xxxx
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	130.252,82		299.777,14	
4 – DEPRECIAÇÃO, MORTIZAÇÃO	46.604,21	xxxx	46.613,03	xxxx
5 – VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA (3-4)	83.648,61	xxxx	253.164,11	xxxx
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	xxxx	0,00	xxxx
6.1) Resultado de Equiv. Patrimonial	0,00	xxxx	0,00	xxxx
6.2) Receitas Financeiras	0,00	xxxx	4.752,66	xxxx
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	83.648,61	100%	257.916,77	100%
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) – Empregados/Pessoal:				
8.1.1) Salários e encargos	152.918,43	182,81	140.412,53	144,20
8.1.2) Retiradas Pró-Labore	0,00		0,00	
8.2) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES				
8.2.1) Federais (IRPJ/CSLL)	0,00		0,00	
8.2.2) Contribuições (INSS, PIS e CONFINS)	17.018,24	203	9.060,78	5,71
8.2.3) Estaduais	1.209,98	1,45	1.050,98	0,94
8.2.4) Municipais	5.254,53	6,28	666,01	0,14
8.3) Remuneração de capital de terceiros	0,00	0,01	21,30	0,02
8.3.2) Alugueis pagos	0,00		0,00	
8.4) Remuneração de capital Próprio				
8.4.1) Juros s/capital próprio/Lucros	0,00		0,00	
8.4.2) Superávits Retidos/Deficit Exercício	-92.752,57	-110,89	106.705,17	(51,01)
9. TOTAL (7 = 9)	83.648,61	100,00	257.916,77	100,00

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- As demonstrações contábeis econômicas e financeiras tais como: Demonstração do Resultado, Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa e Valor Adicionado, foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404/1976, 11.638/2007 e Resolução CFC nº 877/2000 NBC T 10.19.
 - Os recursos da entidade foram totalmente aplicados na gratuidade e em suas finalidades institucionais, de conformidade com o previsto no seu Estatuto Social:
 - A Escola Especial Raíos de Luz ofereceu a educação básica de ensino infantil de 0 a 6 anos, ensino fundamental de escolarização inicial 1ª fase, educação de jovens e adultos 1ª e 2ª fases, programa pedagógico específico, educação profissional básico de formação profissional, qualificação profissional e colocação no trabalho. Foram atendidas na unidade escolar, 326 pessoas portadoras de deficiências, sendo 262 alunos da Escola e 64 Aprendizes.
 - O Centro de Reabilitação Neurológico realizou 73.053 procedimentos sendo: 3.040 Coletas de Sangue atendido pelo setor SRTN; 40.798 Exames realizados pelo setor SRTN; 105 pessoas atendidas no setor de enfermagem; 1.809 consultas/pacientes no setor Consultório Médico; 766 pessoas atendidas no setor Farmácia; 3.417 pessoas atendidas no setor Fisioterapia; 1.724 pessoas atendidas no setor Fonoaudiologia; 1.262 pessoas atendidas no setor Psicologia; 13.531 pessoas atendidas no setor de Odontologia; 4.154 pessoas atendidas no setor de serviço social, 167 pessoas atendidas no setor de triagem e 2.280 pessoas atendidas no setor de Terapia Ocupacional.
 - As receitas e despesas foram reconhecidas diariamente e levantadas mensalmente de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, em especial os princípios da oportunidade e da competência, inclusive as despesas de depreciação do imobilizado, exceção apenas para os repasses decorrentes de convênios que são pelo regime de caixa, tanto para as receitas como para as despesas.
 - Houve no exercício, outras recuperações de despesas no valor de R\$ 430,00 (Quatrocentos e Trinta Reais,) e Despesas Financeiras no valor de R\$ 1.389,36 (Um Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos) demonstrando um resultado líquido financeiro negativo de R\$ 1.389,36 (Um Mil Trezentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos).
 - Os registros contábeis operacionais e não operacionais evidenciam as contas de receitas e despesas de forma agregada apurando um resultado líquido negativo no exercício de R\$ 92.752,57 (Noventa e Dois Mil Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta e Sete Centavos) denominado déficit líquido do exercício, proveniente do custeio dos objetivos sociais da entidade no exercício, conforme Lei nº 9.532/97, Art. 15, § 3º, alterado pela Lei 9.718/98, Art. 10.
 - Adotamos o critério de registro das receitas como: Operacionais, as receitas oriundas de prestação de serviço ao SUS, promoções de eventos e outras contribuições, doações de pais e amigos, Serviços Artesanais; e os repasses financeiros públicos destinados ao funcionamento e manutenção da Escola Especial Raíos de Luz e Centro de Reabilitação Neurológico, e Não Operacionais as avaliações de gratuidades de mão obra cedidas pelos órgãos públicos e as isenções requeridas em função das finalidades sociais da entidade.
 - O Imobilizado foi Avaliado ao custo de aquisição ou construção sem ajuste patrimonial previsto na Lei 11.638/07 e suas depreciações contabilizadas com base nos índices oficiais.

Davanita Ferreira de Castro Albuquerque
C.I. 434.725 SSP/GO CPF 100.191.971-87
Presidente

Araguaína/TO 31 de Dezembro de 2010

 Francisco Ferreira de Albuquerque
C.I. 434.725 SSP/GO CPF 100.191.971-87
Presidente

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araguaína
Rua F nº 95 Esq. C/Tocantins Setor Rodoviário Araguaína/TO
CNPJ 00.767.202/0001-63

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Descrição	2010	%	2009	%
1 – RECEITAS	R\$	xxxx	R\$	xxxx
1.1) Vendas de mercadorias	0,00	xxxx	0,00	xxxx
1.2) Repasses Subvenções Financeiras	1.039.329,62	xxxx	1.101.533,44	xxxx
1.3) Receitas Próprias da Atividade	92.572,53	xxxx	54.151,79	xxxx
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1) Custos das mercadorias vendidas	0,00	xxxx	0,00	xxxx
2.2) Materiais e Serviços Consumidos	1.002.079,33	xxxx	858.159,79	xxxx
2.3) (+) Recuperação de valores ativos	430,00	xxxx	2.251,70	xxxx
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	130.252,82	xxxx	299.777,14	xxxx
4 – DEPRECIAÇÃO, MORTIZAÇÃO	46.604,21	xxxx	46.613,03	xxxx
5 – VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA (3-4)	83.648,61	xxxx	253.164,11	xxxx
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,00	xxxx	0,00	xxxx
6.1) Resultado de Equiv. Patrimonial	0,00	xxxx	0,00	xxxx
6.2) Receitas Financeiras	0,00	xxxx	4.752,66	xxxx
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	83.648,61	100%	257.916,77	100%
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) – Empregados/Pessoal:				
8.1.1) Salários e encargos	152.918,43	182,81	140.412,53	144,20
8.1.2) Retiradas Pró-Labore	0,00		0,00	
8.2) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES				
8.2.1) Federais (IRPJ/CSLL)	0,00		0,00	
8.2.2) Contribuições (INSS, PIS E CONFINS)	17.018,24	203	9.060,78	5,71
8.2.3) Estaduais	1.209,98	1,45	1.050,98	0,94
8.2.4) Municipais	5.254,53	6,28	666,01	0,14
8.3) Remuneração de capital de terceiros				
8.3.1) Juros pagos	0,00	0,01	21,30	0,02
8.3.2) Alugueis pagos	0,00		0,00	
8.4) Remuneração de capital Próprio				
8.4.1) Juros s/capital próprio/Lucros	0,00		0,00	
8.4.2) Superávit Retidos/Deficit Exercício	-92752,57	-110,89	106.705,17	(51,01)
9. TOTAL (7 = 9)	83.648,61	100,00	257.916,77	100,00

Declaramos serem verdadeiras as informações contidas no presente relatório.

Araguaína/TO, 31 de Dezembro de 2010

Davanita Ferreira de Castro Albuquerque Florencio Machado Neto
C.I 434.725 SSP/GO CPF 100.191.971-87 C.I 325.188 SSP/GO CPF 136.456.921-34
Presidente Contador CRC/TO 000149/0-

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araguaína
Rua F nº 95 Esq. C/Tocantins Setor Rodoviário Araguaína/TO
CNPJ 00.767.202/0001-63

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - DFC (MODELO INDIRETO)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
	R\$	R\$
Superávit/Deficit Líquido do Exercício	-92.752,57	106.705,17
Ajustes ao Superávit/Deficit:	0,00	0,00
(+) Depreciação	46.604,21	42.781,55
(-) Aumento Cheques sem Fundo	(120,00)	0,00
(+) Aumentos dos Fornecedores	0,00	0,00
(+) Aumento de Tributos a Pagar	15.880,78	(992,61)
(-) Diminuição de Outras contas a Pagar	0,00	587,32
Caixa Líquido Proveniente das atividades operacionais (1)	(30.387,58)	149.081,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de venda de imobilizado	0,00	0,00
(-) Compra de bens para o Ativo Imobilizado	67.082,48	5.209,19
Caixa Líquido usado nas atividades de Investimentos (2)	(67.082,48)	(5.209,19)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Empréstimos obtidos	0,00	0,00
(+) Aumento de capital	0,00	0,00
(-) Pagamento de dividendos/lucros aos sócios	0,00	0,00
Caixa Líquido usado nas atividades de Financiamentos (3)	0,00	0,00
AUM/DIM LÍQUIDO AO CAIXA/EQIV.CAIXA (1+2+3)	143.872,24	143.872,24
Caixa e equivalente de caixa no início do período	290.808,97	146.936,73
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	193.338,91	290.808,97
Variação das contas Caixa/Equivalentes	-97.470,06	143.872,24

Declaramos serem verdadeiras as informações contidas no presente relatório.

Araguaína/TO, 31 de Dezembro de 2010

Davanita Ferreira de Castro Albuquerque Florêncio Machado Neto
C.I 434.725 SSP/GO CPF 100.191.971-87 C.I 325.188 SSP/GO CPF 136.456.921-34
Presidente Contador CRC/TO 000149/0-

Entidade: APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAGUAÍNA
Endereço: Rua F nº 95, Esquina C/Tocantins Setor Rodoviário Araguaína/TO
CNPJ: 00.767.202/0001-63

Balanço Patrimonial dos Exercícios

CONTAS	2010	2009
ATIVO		
Circulante		
Disponível	701.069,64	777.941,43
Caixa	194.295,76	291.645,82
Bancos	193.338,91	290.808,97
Aplicação de Liquidez Imediata	1.052,73	3.798,67
	183.083,31	235.782,08
	9.202,87	51.228,22
	956,85	836,85
Adiantamento a Fornecedores	110,70	110,70
Outros Créditos	120,00	426,15
Impostos e Contribuições a Recuperar	726,15	
Ativo não Circulante	506.773,88	486.295,61
Imobilizado		
Bens Móveis	975.366,95	856.602,34
Bens Imóveis	299.667,54	232.585,06
	624.017,28	624.017,28
(-) Depreciações Acumuladas	-416.910,94	-370.306,73
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	36.564,75	777.941,43
Obrigações O/Pessoal	15.461,75	20.683,97
Obrigações C/Encargos Sociais	15.163,98	15.461,75
Obrigações Tributárias	2.324,74	1.273,43
Outras Obrigações	3.322,35	
Provisões	291,93	411,74
Saldo Devedor C/C	0,00	192,43
	99,50	3.245,12
	0,00	99,50
Passivo não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido/Social	710.361,93	757.257,46
Reserva de Superávits	451.752,00	345.046,83
Resultado do Exercício de Superávits/Deficits Líquido	0,00	
Superávit/Deficit Líquido dos Exercícios	-92.752,57	106.705,17
(-) Ajuste de Superávits Anteriores	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	305.505,46	305.505,46

Declaramos serem verdadeiras as informações contidas no presente relatório.

Araguaína-TO, 31 de Dezembro de 2010

Davanita Ferreira de Castro Albuquerque
C.I. 434.725 SSP/GO CPF 100.191.971-87
Presidente

Entidade: APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAGUAÍNA
Endereço: Rua F nº 95 Esquina C/Tocantins - Setor Rodoviário - Araguaína/TO
CNPJ: 00.767.202/0001-63

Demonstração do Resultado dos Exercícios

Exercícios findo em:	2010	2009
(+) Receitas Operacionais	1.131.902,15	1.155.685,23
Repasso Financeiro Sia/Sus FAE - Cto Neurologico	708.624,16	741.236,19
Repasso Financeiro Est. Setas PECT - Escola	35,45	7.847,55
Repasso Financeiro Est. Seduc Assoc Apoio - Escola	98.861,55	115.432,37
Repasso Financeiro PNAE/Mer Escolar - Escola	23.934,26	15.769,60
Repasso Financeiro PSE/AC Mun - Escola	191.851,90	181.247,73
Repasso Financeiro FNDE/PDDE - Escola	0,00	40.000,00
Repasso Financeiro Co-Financiamento setas	16.023,30	0,00
Receitas de Oficinas Bazar e Estacionamento - Escola	28.238,53	25.835,80
Receitas Origem da Associados - Adm.	61.183,00	26.714,99
Receitas de Locação de Instalações - Adm.	3.150,00	1.601,00
(-) Deduções da Receita Operacional	0,00	0,00
(=) Receita Líquida Operacional	1.131.902,15	1.155.685,23
(-) Custos dos Serviços Operacionais	1.133.771,31	993.775,88
Despesa Com Pessoal	143.424,40	146.013,68
Gastos na Área de Educação e Esporte	240.505,82	219.749,98
Gastos na Área de Saúde	749.841,09	628.012,22
(=) Resultado Bruto Operacional	-1.869,16	161.909,35
(-) Despesas Operacionais	89.924,05	61.576,14
Despesas Administrativas	88.088,43	61.420,05
Impostos e Taxas	1.835,62	156,09
(+) Resultado Financeiro	-1.389,36	4.120,26
Receitas Financeiras	0,00	4.752,66
(-) Despesas Financeiras	1.389,36	632,40
(+) Outras Receitas operacionais	430,00	2.251,70
Ressarcimentos e Recuperações de Despesas	430,00	2.251,70
Isenção da Cota Patronal INSS	0,00	0,00
(=) Resultado Operacional Líquido	-92.752,57	106.705,17
(+) Receitas N/Operacionais	6.156.420,23	4.897.806,99
Gratuidade Mao de Obra Seduc - Escola	3.880.176,91	2.880.588,32
Gratuidade Mao de Obra Sec Saude - Cto Neurol	1.979.071,64	1.643.948,82
Gratuidade Mao de Obra Sia/Sus Mun - Cto Neurol	238.686,76	319.427,37
Gratuidade Mao de Obra Sia/Sus Estado - Cto Neurol	21.360,00	19.552,02
Isenção INSS Cota Patronal	37.124,92	34.290,46
(-) Despesas N/Operacionais	6.156.420,23	4.897.806,99
Gratuidade Mao de Obra Seduc - Escola	3.880.176,91	2.880.588,32
Gratuidade Mao de Obra Sec Saude - Cto Neurol	1.979.071,64	1.643.948,82
Gratuidade Mao de Obra Sia/Sus Mun - Cto Neurol	238.686,76	319.427,37
Gratuidade Mao de Obra Sia/Sus Estado - Cto Neurol	21.360,00	19.552,02
Isenção INSS Cota Patronal	37.124,92	34.290,46
Subvenções Estaduais Financeiras	0,00	0,00
Subvenções Municipais Financeiras	0,00	0,00
(=) Resultado antes do Imp. Renda e Distribuição	-92.752,57	106.705,17
(-) Contribuição Social - Isenta	0,00	0,00
(-) Imposto de Renda - Isento	0,00	0,00
(=) Superávit/Deficit Líquido do Exercício	-92.752,57	106.705,17

Declaramos serem verdadeiras as informações contidas no presente relatório

Araguaína/TO, 31 de Dezembro de 2010

Davanita Ferreira de Castro Albuquerque
C.I. 434.725 SSP/GO CPF 100.191.971-87
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS, DAS LOTEADORAS, DAS COLONIZADORAS, DAS URBANIZADORAS, DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS, VERTICIAS E DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS, VERTICAIS E HORIZONTAIS, FLATS, SHOPPING CENTER'S, GALERIAS, CENTROS COMERCIAIS E INCORPORADORAS, no Estado do Tocantins – SECOVITOCANTINS – “O SINDICATO DA HABITAÇÃO E CONDOMÍNIOS” tel: (63) 3215-4781 / 8442-5193 E-mail: secovitocantins@gmail.com, no uso das prerrogativas estatutárias CONVOCA todos os filiados no seguimento Condominial de todos os municípios do Estado do Tocantins, a comparecer em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA e em conjunto com o sindicato representante da classe trabalhadora condominial SINDICON-TO que acontecerá, dia 25 de abril de 2011, na sede do SECOVI-TO situada na Quadra 106 Sul, Av. JK, N°03, Sala 04 - Plano Diretor Sul - Palmas/TO, às 8h00min (oito horas), em primeira convocação com maioria absoluta dos filiados e associados, e em segunda convocação às 8h30min (oito horas e trinta minutos) com qualquer número de filiados e associados, deliberando pela maioria de votos dos presentes, para discutir os seguintes assuntos:

- 1) Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012 entre o SECOVI-TO e o SINDICON-TO;
- 2) Se necessário a criação de uma comissão de 03 (três) membros para discutir e firmar a Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012 entre o SECOVI-TO e o SINDICON-TO;
- 3) Fixação quanto ao valor, forma de pagamento e vencimento da Taxa/Contribuição Assistencial em Convenção Coletiva 2011/2012 para os não associados ao SECOVI-TO no seguimento Condominial;
- 4) Fixação quanto ao valor da Taxa para Associação e valor da mensalidade Associativa ao SECOVI-TO no seguimento Condominial;
- 5) Fixação quanto ao valor, forma de pagamento e vencimento da Contribuição Confederativa/2011 ao SECOVI-TO no seguimento Condominial;
- 6) Outros assuntos pertinentes a categoria.

Palmas – TO, 13 de abril de 2011.

FERNANDO REZENDE DE CARVALHO
Presidente

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Divino Belchior de Oliveira, pretendente ao Loteamento Residencial Belchior, inscrito no CPF nº 053.142.751-04, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para a atividade de parcelamento do solo, localizada à BR-153, Lote nº10, Quadra 01, desmembrado do Lote nº 152-C, Brejão 3ª Etapa, Araguaína/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 1/86 e COEMA nº 7/05 que dispõe sobre o licenciamento ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

VANDERLEY P RAMOS, nome fantasia VR Empreendimentos Imobiliários, pretendente ao Loteamento Residencial Morada Nova, inscrita no CNPJ nº 09.174.528/0001-51, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para a atividade de parcelamento do solo, localizado no Lote 32-A, parte do lote 26 e parte do lote 32, Chácara Morada Nova, Miranorte/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 1/86 e COEMA nº 7/05 que dispõe sobre o licenciamento ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

TRANSMOLAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.145.512/0001-19, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), para a atividade de oficina mecânica, localizada à Avenida Bernardo Sayão, nº 1363, Entroncamento, Araguaína/TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA nº 1/86 e COEMA nº 7/05 que dispõe sobre o licenciamento ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa: Açofort Comercio Industria e Representação de Ferragens LTDA, CNPJ: 37.212.048/0001-45 torna público que requereu junto Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Habitação as Licenças Ambiental L.M.P, L.M.I. e L.M.O para a atividade principal de Fabricação de Estruturas Metalicas. O empreendimento se enquadra na resolução CONAMA nº 001/86 e 237/97, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Amirton Carlos da Costa, CPF nº 819.120.726-53 torna público que requereu ao Naturatins: A Outorga do Uso de Recursos Hídricos para a atividade de Lazer (Balneário) na propriedade parte desmembrada do Lote 32 (Chácara Lajeiro) - Palmas/TO. O empreendimento se enquadra nas Res. CONAMA nº 001/86-237/97, que dispõe sobre impacto ambiental.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL DO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS - SEET

O SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS - SEET, por intermédio do presente edital, em conformidade com as previsões ESTATUTÁRIAS, vem convocar toda a categoria dos Profissionais da Enfermagem (Auxiliar de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros), a comparecer na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede do Sindicato, situado na Av. LO 01, lote 35, salas 03 e 04, Centro, Palmas/TO, no dia 06 de maio de 2011, às 19:00h em primeira convocação, e as 19h30 em segunda convocação, com a seguinte ordem do dia: 1. Prestação de Contas; 2. Convenção Coletiva; 3 Filiação na CUT.

Palmas, 13 de abril de 2011.

ISMAEL SABINO DA LUZ
Presidente do SEET

BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ: 84.046.101/0470-76, torna público que requereu junto ao NATURATINS a renovação da Licença de Operação nº 486/2007, para unidade de Armazenagem e Comercialização de Grãos , localizada na Rodovia TO, 280 KM 0 S/n Zona Rural no município de Gurupi Estado do Tocantins.

DEFESA CIVIL

Recomendações

1 No Período Chuoso:

- Deve-se ter cuidado redobrado com o lixo e entulhos, não os jogando nos córregos.
- Evitar colocar o lixo na rua na hora das chuvas, pois os mesmos podem ser espalhados e levados pela enxurrada, entupindo bueiros e esgotos, contaminando hortas, etc.;
- O contato com a água ou a lama pode provocar doenças como leptospirose, cólera, infecções, doenças de pele, e outras;
- O uso de equipamentos elétricos molhados podem causar choque elétrico e curto-circuito;
- Os aparelhos elétricos, a chave geral de energia e o registro de entrada d'água devem ser desligados;
- O telhado e as calhas da casa devem ser vistoriados para eliminar possíveis entupimentos.

Valorizando a Vida

Valorizando
a vida

Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Palmas - TO - e-mail: defesacivil@bol.com.br
Fone/Fax: (63) 3218-4733 / 4732